



FERNANDO JOSÉ BOTELHO TAVEIRA

**ATUAÇÃO PARLAMENTAR E CONEXÃO ELEITORAL NA CÂMARA
LEGISLATIVA DO DF DURANTE A 4ª LEGISLATURA (2003-2006)**

**Trabalho final apresentado para
aprovação no curso de pós-graduação
lato sensu em Ciência Política realizado
pela Universidade do Legislativo
Brasileiro e Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul – UFMS como requisito
para obtenção do título de especialista em
Ciência Política.**

Orientadora: Leany Barreiro de S. Lemos

Brasília – DF

2008

ATUAÇÃO PARLAMENTAR E CONEXÃO ELEITORAL NA CÂMARA LEGISLATIVA DO DF DURANTE A 4ª LEGISLATURA (2003-2006)

**Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em
Ciência Política realizado pela Universidade do
Legislativo Brasileiro no período de junho/2007 a
setembro/2008.**

Aluno: Fernando José Botelho Taveira

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Leany Barreiro de Sousa Lemos

Prof. Dr. Caetano Ernesto Araújo Pereira

Brasília, de de 2008.

AGRADECIMENTOS

Ao final de um trabalho recordamos os momentos que contamos com a colaboração de pessoas que direta ou indiretamente participaram dele, seja com um simples incentivo ou com contribuições importantes.

Em especial agradeço a minha esposa e filhos pelo incentivo e compreensão, permitindo-me dedicar várias noites e finais de semana na elaboração deste trabalho em detrimento do convívio familiar e de momentos de lazer.

A professora Leany Barreiro de Sousa Lemos, minha orientadora e dedicada coordenadora do curso de Ciência Política da Unilegis, que com sua competência e profissionalismo colaborou de maneira muito especial para que informações importantes não fossem esquecidas e proposições fossem reformuladas, sempre presente com suas sugestões, indicações de bibliografia e orientações precisas. A leitura do seu trabalho “O Congresso brasileiro e a distribuição de benefícios sociais no período 1988-1994: uma análise distributivista.” serviu de inspiração e estímulo para que eu fizesse a escolha do tema do trabalho e o desenvolvimento do mesmo.

Aos colegas da CLDF da Diretoria Legislativa, Setor de Biblioteca e Arquivo pelo pronto atendimento às minhas solicitações de pesquisa. A colega Geórgia, mestre em ciência política, que com suas sugestões contribuiu para que eu direcionasse minhas pesquisas para a Câmara Legislativa. Aos servidores da subsecretaria de orçamento da Secretaria de Planejamento do GDF, pelos dados fornecidos. Em especial ao amigo e colega Silvino Alves que com tanta presteza muito me ajudou na organização e formatação do banco de dados das emendas orçamentárias.

RESUMO

A presente monografia de conclusão do curso de especialização em Ciência Política da UNILEGIS tem por finalidade analisar a conexão eleitoral dos deputados distritais durante a 4ª legislatura, que teve início em janeiro de 2003 e término em dezembro de 2006. Este estudo procurará analisar a vinculação da atuação legislativa dos parlamentares com os interesses dos grupos organizados da sociedade civil, bem como com seus distritos eleitorais. Para tanto, será estudada a atuação dos 17 deputados distritais que concorreram à reeleição, durante os anos de 2003 a 2006, analisando inicialmente o resultado das eleições de 2002 e acompanhando o desempenho dos referidos parlamentares na elaboração dos projetos de lei, dos projetos de decreto legislativo de concessão de título de cidadão honorário, das moções, das indicações e principalmente das emendas individuais propostas pelos parlamentares às leis orçamentárias anuais até o final da 4ª legislatura (dezembro de 2006). Este estudo propôs analisar até que ponto esta conexão eleitoral estabelecida entre a atuação representativa dos parlamentares em busca de benefícios concentrados a determinados grupos de interesses ou determinados redutos eleitorais pode-se transformar em apoio político ao deputado durante o processo eleitoral. A hipótese levantada foi verificar se a conexão eleitoral existente entre a atuação legislativa dos parlamentares e interesses dos grupos facilita a obtenção de maior número de votos nas eleições, ou seja, os bons atendimentos de demandas dos grupos de interesses aos quais os parlamentares estão vinculados podem contribuir em ganhos eleitorais e ajudar na busca da reeleição. Este trabalho está dividido em três partes: revisão teórica, análise e interpretação dos dados coletados, e considerações finais e conclusões. Na revisão teórica foram abordadas as principais contribuições da literatura sobre conexão eleitoral, lobbies, grupos de interesse e pressão, influência dos partidos políticos e do poder Executivo. Na análise e interpretação dos dados, foram coletados os dados primários sobre a atuação legislativa dos deputados distritais, referentes às proposições legislativas e emendas individuais ao orçamento, bem como os respectivos resultados eleitorais. Estas informações foram catalogadas em um

banco de dados e no sistema *Legis*, apresentando resultados significativos que estão disponíveis nas tabelas presentes no corpo do trabalho. Estes resultados permitiram as seguintes conclusões: a hipótese inicial do trabalho foi constatada no universo do DF no período analisado, ou seja, a conexão eleitoral se fez presente na atuação do parlamentar durante a legislatura com a produção legislativa aprovada e sancionada e principalmente com a distribuição das emendas individuais apresentadas pelos deputados procurando sempre beneficiar as suas bases eleitorais e os grupos que os apóiam em troca do apoio político por ocasião das eleições. Conforme demonstrado, este retorno eleitoral esteve presente na eleição de 2006, onde os eleitores deram a 11 parlamentares (64,7%) a esperada reeleição e aos outros 6 expressiva votação, sendo que dentre estes 3 ficaram na primeira suplência, 1 como segundo suplente e os outros 2 ficaram classificados entre os 32 mais votados num total de 665 concorrentes ao cargo de deputado distrital.

Palavras-chave: Atuação parlamentar; Câmara Legislativa; conexão eleitoral; distributivismo; grupos de interesse; Legislativo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	–	Proposições legislativas apresentadas na CLDF, (2003-2006)	32
Tabela 2	–	Proposições legislativas dos parlamentares governistas e opositoristas (2003-2006)	32
Tabela 3	–	Distribuição das proposições apresentadas pelos parlamentares e Poder Executivo do DF (2003-2006)	34
Tabela 4	–	Produção legislativa - bases eleitorais e grupos beneficiários – eleições 2006	39
Tabela 5	–	Projetos de lei concentradores e difusos na CLDF (2003-2006)	41
Tabela 6	–	Valores disponibilizados para emendas individuais e orçamento total do GDF	43
Tabela 7	–	Emendas apresentadas - Relação parlamentar x Região administrativa – CLDF (2003-2006) – Percentual médio dos recursos financeiros propostos	46
Tabela 8	–	Emendas apresentadas – Relação parlamentar x Função programática – CLDF (2003-2006) – Percentual médio dos recursos financeiros propostos	47
Tabela 9	–	Distribuição de recursos orçamentários por grupos/regiões e resultados da eleição 2006 nas principais zonas eleitorais.....	50
Tabela 10	–	Emendas empenhadas por grupo/região no período (2004 a 2006) e resultados da eleição 2006 nas principais zonas eleitorais	52
Tabela 11	–	Resultados eleitorais e gastos de campanha.....	56

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS

1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO TEÓRICA	6
2.1. LOBBY E GRUPOS DE INTERESSE	6
2.2. PARTIDOS POLÍTICOS	11
2.3. CONEXÃO ELEITORAL E DISTRIBUTIVISMO	15
2.4. PODER EXECUTIVO X PODER LEGISLATIVO NO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO	21
2.5. LEGISLAÇÕES E ESTRATÉGIAS COMPLEMENTARES	24
3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	30
3.1. A CÂMARA LAGISLATIVA DO D.F	30
3.2. A PRODUÇÃO LEGISLATIVA NA CLDF	31
3.3. CLASSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA SEGUNDO O TIPO	36
3.4. PRODUÇÃO LEGISLATIVA POR PARLAMENTAR.....	38
3.5. EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS: PAROQUIALISMO NA CLDF... 	42
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES	58
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
ANEXO “A	67
ANEXO “B	70

1 . INTRODUÇÃO

A presente monografia de conclusão do curso de especialização em Ciência Política da UNILEGIS tem por finalidade analisar a conexão eleitoral dos deputados distritais durante a 4ª legislatura, que teve início em janeiro de 2003 e término em dezembro de 2006. Este estudo procurará analisar a vinculação da atuação legislativa dos parlamentares com os interesses dos grupos organizados da sociedade civil, bem como com seus distritos eleitorais. Para tanto, será estudada a atuação dos deputados distritais durante os anos de 2003 a 2006, analisando inicialmente o resultado das eleições de 2002 e acompanhando o desempenho dos referidos parlamentares na elaboração dos projetos de lei, das emendas orçamentárias, das moções, dos projetos de decreto legislativo de concessão de título de cidadão honorário e das indicações até o final da 4ª legislatura (dezembro de 2006).

Este estudo propõe analisar até que ponto esta conexão eleitoral estabelecida entre a atuação representativa dos parlamentares em busca de benefícios concentrados a determinados grupos de interesses ou determinados redutos eleitorais pode-se transformar em apoio político ao deputado durante o processo eleitoral. Os legisladores, sendo racionais, buscarão sempre a reeleição que, é mais fácil de ser atingida com a distribuição de benefícios concentrados em eleitorados específicos (LEMOS, 2001). Segundo a autora, “agindo de acordo com a racionalidade estrita ou instrumental, os legisladores usam de meios específicos para atingir sua meta buscando a maximização de status (prestígio), poder, dinheiro ou ideologia via reeleição” (LEMOS, 2001, pag. 564).

A hipótese substantiva é verificar se a conexão eleitoral existente entre a atuação legislativa dos parlamentares e interesses dos grupos facilita a obtenção de maior número de votos nas eleições, ou seja, os bons atendimentos de demandas dos grupos de interesses aos quais os parlamentares estão vinculados podem contribuir em ganhos eleitorais e ajudar na busca da reeleição.

De acordo com a lógica da conexão eleitoral, os deputados estaduais estão mais interessados em se envolver em atividades locais, pois a legislação mais prestigiada (matérias orçamentárias, tributárias, fiscais, administração pública) é

prerrogativa do poder executivo local (TOMIO; RICCI, 2008). Resta, portanto, aos deputados distritais e estaduais, propor leis de baixa relevância, tais como: homenagens, utilidade pública e emendas à proposta orçamentária anual.

Observa-se que estas proposições paroquialistas de caráter distributivo e de benefícios concentrados apresentadas pelos deputados, aliada a prevalência da maximização dos interesses individuais e ausência de partidos e instâncias de controle do comportamento parlamentar, criam um ambiente propício ao distributivismo (LEMOS, 2001a).

As eleições brasileiras demonstram que os eleitores votam geralmente nos candidatos e não nos partidos. O sistema eleitoral brasileiro, o mecanismo de seleção dos candidatos e algumas regras partidárias criam incentivos para um comportamento individualista e antipartidário dos parlamentares, contribuindo para a fraca institucionalização do sistema partidário (LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003). Com isto os legisladores têm como motivação e preferência atender os interesses específicos dos eleitores de sua cidade, região administrativa ou determinados grupos (paroquialismo/clientelismo), buscando sempre a maximização eleitoral. A minha hipótese é verificar se esta forma de atuação na esfera legislativa pode proporcionar benefícios eleitorais ao parlamentar, estabelecendo assim a conexão eleitoral.

Neste trabalho, o objetivo é delimitar a análise da atuação dos deputados distritais durante a 4ª legislatura (janeiro/2003 a dezembro/2006) que concorreram à reeleição em outubro de 2006. Dos vinte e quatro parlamentares eleitos em outubro de 2002, um foi cassado, um faleceu, um assumiu vaga de conselheiro do TCDF, um candidatou-se ao governo local, três candidataram-se a deputado federal, um tornou-se suplente de senador e outro não concorreu a nenhum cargo. Os restantes e os dois suplentes empossados durante a legislatura tentaram a reeleição perfazendo um total de dezessete deputados, cujas atuações serão objeto de análise. A escolha do período da 4ª legislatura (início de 2003 a final de 2006) se deve ao fato das eleições locais estarem amadurecidas e também pelo fato do número de regiões administrativas locais (RAs) e zonas eleitorais não terem sofrido alterações significativas como nas legislaturas anteriores.

Serão analisados os projetos de leis apresentados, os projetos de emenda à Lei Orgânica, projetos de lei complementar, as emendas orçamentárias anuais, e

determinadas proposições legislativas de menor relevância, tais como: moções, decretos legislativos para concessão de título de cidadão honorário; e indicações, apresentados pelos parlamentares, procurando observar a vinculação de suas atuações em benefício ou não de determinados grupos de interesse ligados aos mesmos, ou às zonas eleitorais de maior penetração do candidato em busca de votos. Estes dados serão coletados junto ao Tribunal Regional Eleitoral – TRE-DF e no sistema *legis* da Câmara Legislativa do DF. De um total de 15.707 proposições apresentadas durante o período de 2003 a 2006, serão analisados 43 projetos de emendas à Lei Orgânica, 169 projetos de lei complementar, 1654 projetos de lei, 4832 indicações, 1804 moções e aproximadamente 32 a 50 emendas ao orçamento anual, com valor total anual variando de R\$3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais) a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para cada parlamentar. Perfazendo um total aproximado de 2788 emendas apresentadas. Estes dados se encontram no sistema *legis* e nos referidos processos de lei orçamentária anual. Com relação aos dados coletados no TRE – DF, serão analisados os resultados das eleições de 2002 e 2006 para o cargo de deputado distrital, sendo que os resultados da eleição de 2006 serão detalhados por parlamentar para cada uma das 17 zonas eleitorais (regiões administrativas).

Para a realização do trabalho a metodologia empregada será a montagem de um banco de dados utilizando os programas *excel* e *discover* para análise das emendas orçamentárias procurando destacar valores, locais de aplicação dos recursos, função programática e tipos de ações propostas; fazendo uma correlação das emendas propostas com as emendas realmente empenhadas e liquidadas. As demais proposições serão analisadas com os recursos do sistema *legis* da CLDF que permite refinar a pesquisa por assuntos, procurando observar a conexão eleitoral do parlamentar com suas bases eleitorais e grupos de interesse.

Os dados coletados serão primários, ou seja, serão extraídos do sistema *legis* do próprio órgão, do diário oficial da Câmara Legislativa, do site oficial do TRE-DF e do sistema *siggo* do Governo do Distrito Federal com o apoio da Secretaria de Planejamento e Orçamento que será utilizado para análise da proposição e execução das emendas orçamentárias dos referidos parlamentares.

Para levar a frente à discussão, este trabalho será dividido em três partes, a saber:

a - Revisão Teórica - em que se tenta resgatar as principais contribuições da literatura para a análise da conexão eleitoral entre os parlamentares e grupos de interesse e pressão que atuam nos seus distritos, a atuação de lobbies perante o legislativo e a atuação dos respectivos parlamentares na apresentação das suas proposições.

b – Análise e interpretação dos dados coletados – nesta parte o trabalho será dividido em três seções: em primeiro lugar será analisada a atuação dos parlamentares em relação à produção legislativa proposta pelos mesmos, em que se tenta analisar na prática, qual o grau de participação dos grupos de interesse e bases eleitorais (regiões administrativas) no processo legislativo, bem como o relacionamento dos mesmos com os parlamentares e partidos na Câmara Legislativa, ou seja, investigar qual a correlação entre as proposições legislativas apresentadas e os grupos de interesse beneficiados. Em segundo lugar serão analisadas as emendas orçamentárias apresentadas pelos deputados e também as realmente empenhadas, procurando observar se as mesmas foram propostas para beneficiar os grupos e as bases eleitorais dos parlamentares. Finalmente, será feita uma correlação entre a produção legislativa e as emendas apresentadas e os dados obtidos no TRE – DF, verificando se as ações dos parlamentares durante a legislatura tiveram efeito no resultado das eleições, beneficiando os mesmos com a reeleição. Para a realização deste trabalho procurarei analisar as proposições apresentadas pelos 17 parlamentares (que tentaram a reeleição) durante a 4ª legislatura e a análise dos resultados eleitorais dos deputados distritais no ano de 2006 nas 17 zonas eleitorais correspondentes às respectivas regiões administrativas.

Procurarei observar, adicionalmente, se existe concentração destas proposições durante o ano eleitoral, ou seja, se a política distributivista auxilia na reeleição (quem beneficia quem); e se isto está ligado aos gastos de campanha (quanto mais gastos, maior sucesso eleitoral).

c - Conclusões - em que se reflete sobre a legitimidade da atuação dos grupos para a democracia, e especificamente quais os resultados eleitorais desta conexão eleitoral entre as proposições apresentadas pelos deputados e a atuação dos grupos de interesse e pressão no processo legislativo, especialmente buscando estabelecer uma relação entre estas atuações e a quantidade de votos obtidos nas

eleições. Analisar quais grupos de interesse perderam ou ganharam relativamente com a representação local até o momento, ou melhor, quais as conseqüências eleitorais para os parlamentares com estreito vínculo de ligação com organizações de interesses.

Assim, este trabalho propõe investigar até que ponto a democracia permite a atuação das organizações de interesses, e qual a probabilidade de sobrevivência simultânea entre as organizações de interesses, parlamentares e partidos políticos em um mesmo modelo representativo, considerando o universo do Distrito Federal.

Espera-se, com essa investigação, obter algumas respostas que possam contribuir para justificar a forma de atuação dos membros do legislativo, bem como as estratégias e táticas utilizadas para garantirem o acesso diferenciado dos grupos de interesse e pressão aos canais legítimos de poder político, bem como discutir a importância relevante que os grupos de interesse têm assumido no momento contemporâneo, principalmente com relação à atuação legislativa de parlamentares em busca do sucesso na carreira política visando à reeleição ou aspirando a outros cargos de maior projeção.

2 . REVISÃO TEÓRICA

Nesta parte serão analisadas as contribuições da literatura atual em relação aos grupos de interesse e pressão, atuação dos partidos políticos no processo legislativo, influência e importância do Poder Executivo na agenda do Legislativo e principalmente os estudos sobre a conexão eleitoral sempre presente na atuação dos parlamentos em busca do sucesso na carreira política.

2.1. LOBBY E GRUPOS DE INTERESSE

Nesta primeira parte da revisão teórica será feita uma análise da literatura sobre lobby, grupos de interesse e pressão, mostrando os conceitos e a evolução histórica dos mesmos. Primeiramente é importante fazer a distinção entre lobby, grupos de interesses e grupos de pressão. O lobby é a representação política de interesses organizados em nome e em benefícios de determinados clientes por intermédio de um conjunto de recursos ou expedientes que, em princípio, excluem a troca de favores (GRAZIANO, 1997). O lobby atua através da reunião e análise de informações, preparo de projetos políticos, uso da propaganda, estratégias de defesa dos interesses corporativos, relações públicas e pressão sobre os parlamentares com a finalidade de obter êxito em suas ações. Segundo Graziano, lobista é toda pessoa que é empregada numa organização, geralmente de educação superior, encarregada de fazer a representação política dessa organização.

Lobby pode também ser a ação de influenciar sobre o tomador de decisão na esfera do poder público, ou seja, a atuação persuasora sobre o poder público (LODI, 1986). Lobby deve ser distinguido de relações públicas, porque não se trata apenas de uma comunicação social com diversos públicos, mas de uma ação específica visando obter um resultado concreto. A comunicação social tem por objeto os públicos, o lobby tem como objeto a tomada de decisão (LODI, 1986).

Ele é uma representação técnica e especializada de natureza muito diferente da representação não especializada proporcionada pelos políticos eleitos (GRAZIANO, 1997).

Fazer lobby não é apenas exercer pressão. A pressão é o último estágio de um processo complexo que inclui reunir informações, preparar projetos de política, defesa dos mesmos e conquista de aliados. (GRAZIANO, 1997). É importante que

os lobistas sejam portadores de conhecimento especializado em suas áreas particulares de atuação, pois com isto podem também prestar assessoria aos parlamentares na elaboração dos projetos de lei a serem apresentados.

Segundo Wooton e Truman (1951, apud ARAGÃO, 1994), grupo de interesse é identificado como o grupo que atua na defesa de seus interesses perante os poderes públicos. Meynaud e Reynaud (1963, apud Aragão, 1994) consideram que quando os grupos de interesse atuam no nível político são reconhecidos como grupos de pressão. Assim sendo, a vontade de atuar com interesse e capacidade de influenciar o processo político seria uma característica determinante para diferenciar os grupos de interesses dos grupos de pressão (ARAGÃO, 1994). Todo grupo de pressão seria um grupo de interesse, mas o inverso não é verdadeiro (ARAGÃO, 1996). Como neste trabalho a idéia central é mostrar a conexão eleitoral entre a atuação dos parlamentares e os interesses de determinados grupos e organizações durante o processo legislativo, estaremos analisando, portanto, a vinculação da produção legislativa da Câmara Distrital com a atuação dos grupos de pressão.

Tais grupos se formam naqueles segmentos da sociedade que procuram se organizar em diversos tipos de associações, organizações não governamentais, fundações, dentre outros; buscando atuar junto aos poderes Executivo e Legislativo em defesa dos seus interesses.

A modalidade de articulação Estado-Sociedade dominante no Brasil insere-se numa tradição de representação corporativa de interesses no interior do aparelho burocrático, cujas origens remontam aos anos 30, quando se deu a transição do modelo agro-exportador para o modelo industrial (GRAZIANO, 1997). Já a atuação dos grupos de pressão sobre o poder legislativo brasileiro é comprovada desde o século passado através da atuação da Associação Comercial da Bahia (ARAGÃO, 1996a).

Esta atuação teve altos e baixos com o decorrer do tempo, sendo que durante o período militar, com o enfraquecimento do Poder Legislativo, esta atuação foi reduzida consideravelmente. A partir da década de 70, a sociedade brasileira viveu um período de intensa organização de interesses. De um lado, a proteção do Estado sobre os sindicatos desestimulava a participação nessas organizações. Uma alternativa viável para a defesa dos interesses era a participação em associações civis organizadas fora da tutela do estatal. A efervescência do movimento

associativista dos anos 70 chegou à Constituinte e prosseguiu durante os anos 80 com a abertura democrática (ARAGÃO, 1996). A obsolescência do modelo estadista e protecionista, em paralelo com o desenvolvimento de formas mais descentralizadas e autônomas de representação de interesses, processo este que se manifesta não apenas no âmbito das organizações empresariais e sindicais, mas se concretiza também na proliferação de grupos e associações dos mais diversos tipos (DINIZ; BOSCHI, 1999).

Embora sob o autoritarismo não tenha havido uma supressão do associativismo das classes empresariais, o fato relevante é que a abertura teve possivelmente um impacto específico sobre a vida associativa, estimulando notadamente a criação de canais de articulação de interesses fora da estrutura oficial (DINIZ; BOSCHI, 2000).

Como decorrência da modernização econômico-social, a sociedade terminou por ultrapassar os limites institucionais definidos pelo Estado, através de uma série de canais alternativos de participação e de mecanismos adicionais de verbalização e divulgação dos seus interesses (DINIZ; BOSCHI, 2000, p. 19). A característica básica dessa estrutura é a convivência entre um formato corporativo instaurado e supervisionado pelo Estado e uma rede de associações paralelas funcionando à margem do sistema oficial.

Com a restauração da democracia no país, em 1985, a atividade congressional adquiriu grande vitalidade, atraindo a atenção dos grupos de interesse. O lobismo no Brasil adquire um caráter difuso e generalizado, exercendo-se através dos mais diversos tipos de organizações, com a participação de grande número de profissionais especializados (GRAZIANO, 1997).

Com o retorno à democracia e sobretudo após a Constituição de 1988, a relevância do Poder Legislativo implicou a diversificação dos canais de acesso, estimulando as atividades dos lobbies e dos grupos de pressão (BOSCHI; DINIZ; SANTOS, 2000). Nos períodos de elaboração da Constituição de 1988, na revisão constitucional de 1993 e 1995/96, bem como na votação de projetos de lei específicos, como a lei de patentes e a de modernização dos portos; a atuação dos lobbies e grupos de interesse foi intensa. Nesse sentido, seria maior a propensão à influência unilateral de interesses econômicos particulares, em detrimento do interesse geral (DINIZ; BOSCHI, 2000).

Hoje no Brasil, a exemplo da maioria dos países onde a democracia consolida-se, cada vez mais pode-se sentir a importância dos grupos organizados da sociedade civil, ocupando um papel relevante, simultaneamente aos partidos políticos, no sistema de representação política. É marcante a atuação dos grupos não só pelo uso de mecanismos externos, como também ao incorporarem seus líderes dentro do Poder Legislativo, influenciando-os sobremaneira no cumprimento de seus mandatos parlamentares.

Uma suposição é de que a revitalização da arena congressual, ou seja, a recuperação do prestígio e importância do Legislativo tenha estimulado as atividades dos lobbies e grupos de pressão, inclusive por parte dos setores empresariais (DINIZ; BOSCHI, 2000).

A percepção de que as decisões do poder público têm o poder de interferir sobre as atividades das suas empresas leva muitos empresários – diretamente ou por meio de representantes (lobistas) – a desenvolver atividades de articulação de interesses (MANCUSO, 2004). Essas iniciativas tomadas pelos empresários podem ser classificadas em cinco categorias: acompanhamento, análise, tomada de posição, orientação e pressão política; durante a tramitação das proposições no Legislativo (MANCUSO, 2004).

Além dos grupos empresariais, outros segmentos, como os sindicatos, os grupos de aposentados e pensionistas, os grupos religiosos, ambientalistas, universitários, funcionalismo público e diversas organizações não governamentais, com a abertura democrática, voltaram suas atenções para o Congresso Nacional (DINIZ; BOSCHI, 2000).

Os grupos de pressão procuram utilizar de certos mecanismos para influenciar os parlamentares: envio de correspondência, manutenção de contatos, realização de eventos dentro e fora do Congresso, audiências públicas, uso de material de propaganda e diversas ações de persuasão nas bases eleitorais (ARAGÃO, 1996).

A pressão política pode ocorrer em vários estágios da produção legislativa: na discussão dos projetos nas comissões, nas votações nas comissões e no plenário, nos momentos de sanções ou vetos do Poder Executivo.

A trindade “interesse, associação e poder” forma o pilar básico dos grupos de pressão, bem como dos partidos políticos. Os grupos podem apoiar os partidos e partidos podem buscar apoio de grupos (ARAGÃO, 1994a). O Poder Legislativo tem outorgado aos grupos de interesse e pressão o que se chamaria status público, que consiste basicamente em reconhecer-lhes a legitimidade na representação de interesses e torná-los co-responsáveis nas tomadas de decisões, concedendo-lhes privilégios no tratamento de suas demandas específicas em troca de apoio político. Isto deu margem ao processo de transformação nos modelos de representação política, onde se verificaram transferências de funções básicas - até então detidas pelos partidos políticos - para grupos sociais detentores de poder político relevante.

A diferença fundamental que parece existir entre o partido político e o grupo de interesse é que aquele visa alcançar o poder e este procura obter a consecução, o atendimento do interesse a que se dedica. Neste sentido, os grupos são mais poderosos que os partidos (TOLEDO, 1985). Os legisladores, respeitadas as exceções, visam primeiramente seus interesses pessoais e de sua base eleitoral pensando no sucesso e progresso de sua carreira política. Depois é que se preocupam com o partido e por último com o interesse nacional. Como consequência as casas legislativas acabam virando o centro de atuação de uma variedade de grupos de interesse e pressão, transformando o Parlamento numa grande Câmara de vereadores (TOLEDO, 1985a).

Um dos objetivos deste trabalho é mostrar como os parlamentares da Câmara Legislativa do D.F. trabalham na arena legislativa procurando buscar o apoio em suas bases atuando no Legislativo com proposições em benefício delas e no Executivo, como intermediários dos seus eleitores em busca da liberação de emendas e solução das demandas locais em troca do sucesso na carreira política.

É importante ressaltar que toda a literatura analisada está relacionada com a Câmara Federal e o Senado, mas devido à similaridade existente entre os legislativos será aplicada neste trabalho para análise da atuação dos deputados distritais no legislativo local e também do comportamento dos grupos de interesse e das bases eleitorais ligadas aos parlamentares, especialmente porque as regras eleitorais para a Câmara Distrital são as mesmas (mesmo sistema proporcional de lista aberta) da Câmara dos Deputados.

2.2. PARTIDOS POLÍTICOS E AS ARENAS ELEITORAL E LEGISLATIVA

Nesta segunda parte, a abordagem teórica será sobre o comportamento dos partidos políticos e dos parlamentares na arena legislativa e eleitoral, mostrando que em determinados momentos os partidos são importantes e em outros prevalece o carisma e o individualismo do parlamentar.

Os trabalhos de Downs (1957, apud PEREIRA e MUELLER, 2003) e Mayhew (1974, apud PEREIRA e MUELLER, 2003) enfatizam a importância das eleições como fator modulador do comportamento dos políticos, a chamada “conexão eleitoral”. Para Mayhew (1974, apud PEREIRA e MUELLER, 2003) a primeira arena, a eleitoral, condicionaria o comportamento dos políticos na segunda arena, a legislativa. A inferência direta deste argumento, portanto, é que as regras eleitorais incentivam os candidatos a desenvolver relações personalísticas e individuais com suas bases eleitorais, em vez de mediá-las via partidos políticos, e que isso necessariamente acarreta a diminuição do impacto dos partidos políticos na arena legislativa (PEREIRA; MUELLER, 2003).

A conexão eleitoral no Brasil é profundamente marcada pelos mandatos de serviço. Os parlamentares estabelecem escritórios em suas bases eleitorais desenvolvendo redes de atendimento para os seus eleitores. Alguns montam sistemas de atendimento prioritariamente privados, mas a maioria serve de intermediários entre suas comunidades e o Poder Executivo, procurando buscar junto a este os recursos e atendimento das reivindicações dos seus representados. Apesar da inexistência de estudos aprofundados sobre o tema, as evidências são de que quanto mais se desce na estrutura federativa e no tamanho do município, mais tende a ser predominante o padrão do parlamentar como intermediador de interesses (NICOLAU, 2001).

Assim, questiona-se se todo o processo evolutivo do sistema de representação enfraqueceu o papel dos partidos políticos ou se o incremento das relações mais diretas entre grupos e legislativo significa um ganho ou perda para os modelos democráticos.

É importante observar que Pereira e Mueller (2003) e Monteiro (2007) destacam o papel dos partidos e dos seus líderes partidários mostrando os mecanismos de atuação dos mesmos junto aos seus parlamentares.

De todo modo, os partidos detêm o importante papel de ser um mecanismo pelo qual os políticos podem fazer promessas com credibilidade aos diferentes segmentos da sociedade mais ou menos organizados. Essa relevância traduz-se pelo auxílio que os partidos prestam aumentando a durabilidade e a confiabilidade das barganhas que os grupos de interesses estabelecem com os políticos. Mesmo porque a filiação partidária oferece características de bem público, sendo que o partido apresenta identificação ideológica, e dá a seus membros facilidade na articulação junto aos redutos eleitorais. Fora do partido político tal processo torna-se oneroso e ineficiente (MONTEIRO, 2007, p. 53).

Os partidos políticos são também importantes e fundamentais na arena legislativa brasileira, devido à atuação dos líderes partidários, que concentram prerrogativas regimentais e são o elo entre os deputados do partido e o Executivo, negociando as demandas de ambos. É nesse momento que os partidos – frágeis elos entre os representantes e os eleitores – se tornam fortes no espaço congressual e governamental (PEREIRA; MUELLER, 2003).

Os partidos políticos fornecem mecanismos de unificação de preferências contribuindo para reduzir os custos de transação na formação de coalizões legislativas. Por conseqüência, os partidos cumprem essencialmente uma função de resolver problemas de ação coletiva (MONTEIRO, 2007, p. 43).

Pertencer aos partidos políticos que fazem parte da coalizão de governo importa para a definição do comportamento de voto dos parlamentares no plenário, ou seja, parlamentares da base de sustentação do governo, acompanhando seus líderes, na maioria das vezes votam com o Executivo.

Os deputados federais tendem a usar os recursos disponibilizados graças ao apoio ao Executivo, especialmente na forma de políticas locais (*pork barrel*), para aumentar sua visibilidade junto às bases eleitorais. Dessa forma, deputados federais tendem a seguir a indicação de voto dos líderes de seus partidos esperando ver seus projetos e emendas locais executados. Esse mecanismo é exatamente o núcleo de funcionamento da conexão eleitoral no Brasil (PEREIRA, 2000).

Apesar dos partidos e líderes terem muita influência sobre os parlamentares durante a legislatura, procurando pressionar e influenciar nas votações em plenário; isto não se transforma em força partidária nas eleições, pois a atuação individualista

dos deputados, a legislação eleitoral brasileira, as coligações partidárias, o sistema proporcional e o próprio eleitor dão mais importância à imagem do candidato (PEREIRA; RENNÓ, 2001).

A ênfase na força política do candidato, em detrimento da do partido, parece tanto uma consequência da legislação eleitoral quanto uma opção do próprio eleitor. O eleitor tende a votar no candidato de sua preferência e não no partido. Observa-se que nas eleições a quantidade de votos direcionados às legendas partidárias é pequena. Pesquisas de opinião pública reforçam a ideia da fragilidade dos partidos na arena eleitoral ao mostrar o baixíssimo número de eleitores que se filiam ou mesmo simpatizam com algum partido específico (RENNÓ, 2000). Partidos simplesmente não são importantes para determinado número de eleitores (PEREIRA; RENNÓ, 2001).

A discussão sobre comportamento eleitoral no Brasil tem ressaltado dois pontos importantes para a discussão sobre reeleição: baixa importância dos partidos na formação das preferências políticas do eleitorado e o consequente maior destaque ao candidato (LUCAS, 1997; RUA, 1997), e crescente pragmatismo do eleitor (BAQUERO, 1997). Ambos os fatores levam à confirmação de que os partidos têm pouca importância na arena eleitoral (PEREIRA; RENNÓ, 2001). Na arena eleitoral acaba prevalecendo o pragmatismo do eleitor brasileiro que, preocupados com os principais problemas locais e individuais que os afetam, estão prontos para recompensar aqueles candidatos que os beneficiem na solução dos mesmos através do voto.

O sistema político brasileiro condensa duas diferentes e antagônicas forças e incentivos institucionais. De um lado, as regras eleitorais (representação proporcional com lista aberta), o multipartidarismo e o federalismo agem descentralizando o sistema político. De outro lado, as regras internas do processo legislativo e os poderes constitucionais do Presidente ou do Governador, no caso do DF, de legislar e de distribuir recursos políticos e financeiros proporcionam incentivos para a centralização. As regras eleitorais proporcionam incentivos para os políticos se comportarem individualmente, fragilizando, assim, os partidos na arena eleitoral, enquanto as regras internas do legislativo e os poderes presidenciais exigem a lealdade dos parlamentares aos seus respectivos partidos, fortalecendo-os dentro do Congresso (PEREIRA; MUELLER, 2003).

Portanto a combinação contraditória de incentivos para o comportamento individual e partidário ao mesmo tempo é chave para o entendimento da simultaneidade de partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa. Na realidade o comportamento partidário na arena legislativa visa a que os membros desse partido extraiam benefícios individuais controlados pelos líderes e pelo Executivo a serem utilizados na esfera eleitoral (PEREIRA; MUELLER, 2003).

Entretanto, apesar da aparente força dos partidos como organizadores dentro dos legislativos, o sistema político brasileiro cria incentivos para que os eleitores se preocupem mais com os benefícios locais do que com a atuação em nível nacional dos seus representantes, o que faz com que a participação dos parlamentares, principalmente na Câmara, seja orientada pela busca de benefícios que possam ser utilizados no plano local, como forma de alcançar maiores retornos eleitorais (PEREIRA; RENNÓ, 2001).

O sistema majoritário para eleições dos cargos do Executivo e o sistema de lista aberta e representação proporcional para as eleições legislativas tendem a concentrar o processo eleitoral na figura do candidato, e não na do partido (PEREIRA; RENNÓ, 2001). Outra implicação da ênfase na figura do candidato é a fragilidade institucional dos partidos (LAMOUNIER, 1989), que se tornam apenas pré-requisitos para a inscrição na competição eleitoral. O que contribui ainda mais com a fragilidade partidária é a permissão para a existência de coligações nas eleições para os cargos proporcionais. O que determina a posição do candidato na lista é seu desempenho eleitoral individual, mas, por outro lado, a coligação facilita a superação da barreira colocada pelo quociente eleitoral (PEREIRA; RENNÓ, 2001).

Em todos os estados brasileiros e também no DF, as eleições legislativas são feitas por representação proporcional, com listas abertas. Como a grande maioria dos eleitores apóia candidatos, em vez de partidos, a eleição depende basicamente da capacidade dos candidatos de obterem votos para si próprios. Cada político deve contar com seus próprios recursos e sua própria base eleitoral para se tornar candidato. Portanto, o sistema eleitoral brasileiro, o mecanismo de seleção dos candidatos e algumas regras partidárias criam incentivos para um comportamento individualista e antipartidário (LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003).

Observa-se que a literatura demonstra que os partidos são importantes, principalmente com a atuação dos líderes junto ao Executivo, mas também outra

parte dos artigos analisados mostra a força individual do parlamentar na arena eleitoral. Neste estudo procurarei verificar o que ocorre no legislativo local.

2.3. CONEXÃO ELEITORAL E DISTRIBUTIVISMO

Nesta seção serão analisadas as contribuições da literatura com relação à conexão eleitoral e ao comportamento distributivista dos parlamentares.

O grande dilema enfrentado pela maioria dos parlamentares é como conciliar duas formas de atuações opostas. Eles têm de satisfazer as demandas das suas bases eleitorais para que tenham condições de sobreviver politicamente e simultaneamente seguir a indicação dos seus líderes partidários em busca dos benefícios políticos e financeiros controlados pelo Executivo, procurando assim a liberação dos recursos para satisfazer as suas bases políticas, de modo a obter benefícios eleitorais. É exatamente dessa forma que é completado o ciclo da conexão eleitoral no Brasil (PEREIRA, 2002).

As relações de poder são relações de troca. De um lado, alguém recebe apoio ou sustentação; de outro, os contribuintes esperam algo em troca. Qualquer relação de poder existe o tráfico de influência: quem recebe apoio dá algo em troca para manter as bases de apoio. Quem vota favorece alguém, o político deve corresponder às expectativas e interesses de seus constituintes até um ponto que ele considere razoável. No sistema representativo, o tráfico político estende a sua asa sobre quase todas as esferas da ação do poder (LODI, 1986).

Observa-se que a conexão eleitoral é uma troca de interesses entre os líderes partidários, parlamentares e suas bases de apoio, onde os deputados procuram ao mesmo tempo atender as pressões dos líderes de partidos e do Executivo na arena congressual e na arena eleitoral procuram através de uma política distributivista alocar recursos com a liberação das emendas orçamentárias em favor de suas bases eleitorais e dos grupos de interesse vinculados a eles.

No Brasil, devido a paroquialidade dos políticos, que na maioria das vezes procuram maximizar os seus interesses individuais, aliado a um certo diagnóstico de ausência de partidos fortes e instâncias de controle do comportamento parlamentar, conforme afirmado na literatura e no discurso cotidiano, tem um ambiente propício ao distributivismo (LEMOS, 2001, p.567).

O crescente pragmatismo dos eleitores apontado por Baquero (1997) é um fator significativo para a explicação da importância das políticas distributivas. Uma vez que os eleitores estão se tornando cada vez mais pragmáticos em relação às suas demandas específicas, as políticas locais de troca são mais relevantes para o controle do desempenho dos parlamentares por parte dos eleitores do que a postura ideológica que eles assumem dentro do congresso (PEREIRA; RENNÓ, 2001).

O modelo distributivista pressupõe que o ponto de partida analítico deve ser a motivação do parlamentar, ou seja, a sua racionalidade induz a sua motivação e preferência para a maximização eleitoral buscando a reeleição, procurando manter o seu prestígio e poder. Como os legisladores estão sujeitos a eleições periódicas, e o espaço eleitoral é geográfico, a “conexão eleitoral” significa que todo parlamentar tem fortes incentivos para atender aos interesses específicos dos eleitores de sua região (base eleitoral) (LEMOS, 2001; RICCI, 2002). Estes incentivos são conseguidos com a negociação para liberação de emendas orçamentárias, através da troca de votos ou acordos políticos entre parlamentares e Executivo. Os parlamentares procuram atender suas bases eleitorais concentrando benefícios, procurando diluir os custos para toda a sociedade. Em outras palavras, a política distributivista é definida, por vários autores, como a distribuição de benefícios particularistas com uma correspondente distribuição de custos generalizados (LEMOS, 2001).

Na realidade os eleitores brasileiros estão muito mais preocupados com a capacidade de seus representantes de executarem políticas e benefícios localizados, já que eles recompensam os políticos baseados não no padrão de votação dos seus legisladores ou na posição defendida por seus partidos políticos, mas principalmente baseados nas realizações pessoais do seu representante. Segundo Pereira e Mueller (2003) isto nos leva a deduzir que, na arena eleitoral, a grande maioria dos eleitores não se importa com a performance nacional de seus representantes.

Os parlamentares para viabilizar a conexão eleitoral procuram atuar de diversas maneiras durante a legislatura buscando sempre atingir os seus objetivos individuais beneficiando as suas bases eleitorais e determinados grupos que o apóiam. Ao tomar a decisão de apoiar ou não determinada solicitação de um grupo de pressão, a primeira avaliação que faz o parlamentar é verificar a existência de

risco ou benefício para o seu poder político. Não havendo correlação entre a questão e seu poder político, o político pensa em como o seu envolvimento com a questão pode beneficiá-lo politicamente. Pela ótica do parlamentar, podemos concluir que o uso de um ou outro procedimento pode ser irrelevante para a sua tomada de posição, desde que a matéria discutida não afete o seu universo político. Nesse contexto, ganham importância os movimentos dos grupos no sentido de identificar os interesses políticos e o poder político que sustentam o parlamentar (ARAGÃO, 1994). Com isto procuram exercer sua influência política negociando seu apoio nas votações, buscam posição de destaque dentro da estrutura legislativa como membro da Mesa Diretora ou membro de Comissão Permanente.

Pela teoria distributiva, as comissões servem aos propósitos de seus próprios membros, que usam este sistema como forma de obter ganhos de troca, ou seja, impor suas preferências, mesmos que estas fossem distantes dos interesses da maioria do plenário. As regras legislativas concedem ao partido majoritário uma série de vantagens e poderes especiais que são usados para controlar as ações das comissões em prol do interesse dos membros do partido (PEREIRA; MUELLER, 2000).

Dentro do espírito da tese distributiva, que supõe a existência de uma conexão eleitoral clara e definida, é oportuno, por exemplo, observar se o tipo de reduto eleitoral do deputado influencia na sua busca de espaço político dentro das comissões (RICCI; LEMOS, 2004).

É importante ainda ressaltar que a investigação da conexão eleitoral unicamente como função da relação entre políticos e cidadãos (eleitores) não contempla toda a complexidade do processo legislativo, já que a representação se faz não só do ponto de vista geográfico, mas também dos interesses organizados. Assim, grupos de interesse em geral podem ter influência em diversos municípios, viabilizando ou dificultando campanhas (RICCI; LEMOS, 2004).

A eleição é um mecanismo institucional que opera como incentivo a que políticos e aspirantes a cargos eletivos comportem-se em maior sintonia com o interesse geral, ainda que inerentemente eles sejam motivados pelo atendimento de seu auto-interesse (MONTEIRO, 2007, p. 116). Os políticos são agentes que buscam maximizar suas próprias chances eleitorais e, assim, não é sem relutância que eles se dispõem a ceder às ações de interesse e pressão.

Essa relação entre eleitor e representante é muito mais dinâmica e complexa, pois é mediada por cidadãos locais tais como líderes comunitários, grupos de interesse que apoiarão o seu representante se ele conseguir beneficiar essa rede de interesses (PEREIRA; RENNÓ, 2001).

Os políticos sendo racionais são avessos a riscos e procuram sempre o caminho mais seguro para o sucesso eleitoral, seja principalmente através de políticas distributivas e paroquialistas, como também com políticas que concedam benefícios difusos. O importante é procurar sempre o melhor caminho para a preservação de sua carreira, visando sempre a permanência no poder com a reeleição ou buscando um cargo mais alto.

Segundo Lemos (2001), o modelo de comportamento racional fundamenta-se nos seguintes elementos:

“a) o ator sabe, dentro de certos limites, o que deseja; b) ele é capaz de ordenar suas preferências, metas, valores e estratégias priorizando as mais importantes; c) suas escolhas são consistentes; d) ele procurará maximizar a sua satisfação, dentro de um leque de alternativas, na expectativa de que os benefícios esperados excedam os custos.” (LEMOS, 2001, p.564).

As escolhas que os políticos fazem com relação ao cargo que concorrerão na próxima eleição são orientadas, principalmente, por uma auto-avaliação do desempenho no cargo e das chances de ter êxito nas eleições (LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003).

Os candidatos com voto concentrado em determinado distrito eleitoral, característica presente nas eleições no Distrito Federal, segundo levantamento na seção 3.5, concorreram com menor probabilidade a cargos mais altos, pois não são suficientemente conhecidos em toda a região para encarar uma eleição majoritária. Os que contam com votos mais espalhados e são mais conhecidos em mais lugares sentem-se mais confiantes para assumir o risco de concorrer a um posto mais alto (LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003).

O argumento de Samuels (2000) é basicamente que os deputados mais fracos, aqueles que são mais vulneráveis eleitoralmente e menos competentes no desempenho de suas funções de representantes, concorrem à reeleição, enquanto os mais capazes concorrem a postos mais altos (LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003).

O argumento de que os candidatos mais conhecidos e com votos mais distribuídos se sentem mais confiantes a assumir o risco de concorrer a um cargo mais alto é válido também para um número muito reduzido aqui no DF, pois a grande maioria prefere não assumir nenhum risco concorrendo à reeleição.

Leoni, Pereira e Rennó (2003) argumentam que os constrangimentos impostos pelo contexto eleitoral e pela avaliação dos deputados de seu desempenho são motivos fortes para que eles permaneçam na Câmara Federal. Os que preferem permanecer são igualmente bem sucedidos na implementação de emendas orçamentárias, na ocupação de cargos de destaque na Casa e não são candidatos mais vulneráveis do que aqueles que concorrem a cargos mais altos.

O processo de tomada de decisão política no Congresso ou nos legislativos estaduais, considerando-se o parlamentar como indivíduo, tem como referencial básico a preservação do seu poder político. Poder político é a soma de fatores que podem beneficiar a reeleição do político ou um requisito para conseguir cargo de maior relevância, como por exemplo, cargos no Executivo (ARAGÃO, 1994).

A racionalidade do político é definida pelo critério de que eles têm interesse particular no resultado das escolhas públicas e, assim, atuam levando em conta o máximo de votos (ou apoio político) que tal resultado lhes possa trazer. “A escolha de estratégias leva em conta os impactos distributivos das políticas públicas numa complexa conexão eleitoral: as estratégias de cada político são diferenciadas segundo a visibilidade do benefício líquido das políticas nos respectivos redutos eleitorais” (MONTEIRO, 2007, p. 43).

As escolhas majoritárias dos legisladores são qualificadas por um importante mecanismo institucional: a troca de votos (*logrolling*). Os políticos devem atuar competindo em mercados eleitorais, caso contrário eles não se mantêm políticos. Quando os eleitores não se importam muito com um dado tema de política pública, os políticos racionais se dispõem a trocar o seu voto nesse tema por um voto naquilo em que seus eleitores estão interessados (MONTEIRO, 2007, p. 57). Com o *logrolling*, os parlamentares buscam otimizar a sua atuação.

As políticas públicas são oferecidas em bloco, daí os políticos podem empreender muito mais o que seja de seu próprio interesse, distanciando-se do interesse geral ou coletivo, pois as regras da escolha eleitoral induzem a que o

político necessariamente atenda apenas a uma parte dos cidadãos, ou seja, preferencialmente a sua base eleitoral.

Diante das opções e recursos disponibilizados durante seus mandatos, a distribuição de benefícios locais proporciona muito mais retornos eleitorais do que as atividades legislativas dentro da Câmara ou as posições de voto assumidas em relação a uma determinada política. Normalmente, deputados têm extrema liberdade nas suas decisões de voto, já que a maioria delas não está na mira dos eleitores. Na realidade, os interesses locais prevalecem na arena eleitoral porque as demandas locais parecem ter impacto mais forte no sucesso eleitoral (PEREIRA; RENNÓ, 2001).

A conexão eleitoral faz com que o representante opte por uma provisão de política pública em maior sintonia com seus eleitores apenas quando ele percebe que o seu voto na escolha majoritária na legislatura envolve risco eleitoral (MONTEIRO, 2007).

É importante enfatizar que existe uma espécie de desconexão entre a atuação do deputado no âmbito da Câmara e os resultados eleitorais, ou seja, os resultados eleitorais estão conectados com as atuações realizadas para beneficiar diretamente sua base eleitoral. O parlamentar direciona a sua atividade nacional para as ações que o habilitam a ter mais acesso a recursos que possam ser utilizados na esfera local com o objetivo de ser reeleito. Em outras palavras, mesmo suas atividades nacionais são orientadas pelos interesses locais (PEREIRA; RENNÓ, 2001).

A grande maioria dos parlamentares lança mão dessa prerrogativa para propor emendas individuais destinadas a beneficiar suas principais bases eleitorais, isto é, essa estratégia é utilizada por uma política clientelista com o objetivo de maximizar o futuro eleitoral e a carreira do parlamentar (PEREIRA; MUELLER, 2002). Este mecanismo é usado nas Assembléias Estaduais e também na Câmara Legislativa onde todos os anos por ocasião da análise e votação da Lei Orçamentária Anual os parlamentares com suas emendas individuais procuram pressionar o Executivo pela sanção da referida lei. A partir deste momento o Executivo usa do poder de liberação para fazer pressão sobre a atuação dos parlamentares durante o decorrer do ano legislativo por ocasião das votações de seu interesse.

2.4. PODER EXECUTIVO X LEGISLATIVO NO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

Conforme observado no parágrafo anterior, o Poder Executivo tem grande influência na atuação dos parlamentares, Nesta seção será analisada a contribuição da literatura sobre a atuação deste poder perante o legislativo.

Os parlamentares se contentam com um papel reduzido no processo de elaboração do orçamento e não procuram um melhor equilíbrio na distribuição dos recursos públicos, pois mesmo que limitado a inclusão de suas emendas, eles conseguem alto retorno eleitoral, pois quanto mais emendas individuais são executadas, maiores são as chances de reeleição (PEREIRA; MUELLER, 2002). Esta participação dos parlamentares no orçamento, através de suas emendas, corresponde a apenas 1% a 2% de todas as despesas do orçamento da União. No caso do governo local este valor é aproximadamente de 1,2%.

Fica evidente que o Executivo tem bons motivos para permitir que os parlamentares proponham emendas ao orçamento. A perda de recursos orçamentários (1% a 2%) é mais do que compensada pelo apoio obtido pelo governo em troca da liberação estratégica das emendas (PEREIRA; MUELLER, 2002).

O Poder Executivo faz uso de três mecanismos institucionais para fazer valer suas preferências na arena legislativa: primeiro, os poderes constitucionais do presidente de legislar (o mesmo acontece no governo local, apesar de não usar medidas provisórias); segundo, a centralização do processo decisório pelos líderes dos partidos da coalizão majoritária no Congresso; e terceiro, a centralização da distribuição de recursos políticos e financeiros pelo Executivo (PEREIRA; MUELLER, 2003).

Estes três mecanismos impõem pautas restritivas e limitam o papel dos parlamentares dentro do próprio congresso, mostrando que o Executivo tem dominado em larga escala o processo legislativo brasileiro. O mesmo acaba acontecendo nas assembleias estaduais, onde o poder dos governadores sobre a agenda do Legislativo é preponderante. Isto faz com que os líderes da base governista exerçam pressão sobre os parlamentares em busca de apoio para aprovação da pauta do Executivo. O voto partidário é a forma encontrada pelos parlamentares de sobreviver politicamente em um ambiente no qual o Executivo

desfruta de uma situação institucional privilegiada nas suas negociações com o Legislativo (PEREIRA; MUELLER, 2003).

Embora os deputados tenham o direito constitucional de formular e aprovar emendas ao projeto de lei orçamentária é o Executivo que executa esse orçamento. Existem fortes evidências de que o Executivo tem se utilizado do processo de execução das emendas na LOA para recompensar ou punir os parlamentares de acordo com suas performances, ou seja, os parlamentares que votam de acordo com o Executivo têm mais chances de ver suas emendas executadas (PEREIRA; MUELLER, 2003).

A combinação de medidas provisórias, vetos e pedidos de urgência dá ao Executivo um poderoso conjunto de instrumentos para controlar a agenda do Congresso, bloqueando legislação que não lhe interesse e promovendo aquelas consideradas prioritárias (PEREIRA; MUELLER, 2000). Na Câmara Legislativa, apesar do governador não editar medidas provisórias, a agenda é controlada também com o encaminhamento de mensagens solicitando a votação e aprovação dos projetos de interesse do Executivo, bem como pelo uso do instrumento do veto, conforme estabelecido na Lei Orgânica e no Regimento Interno da CLDF.

É importante para o Executivo ter deputados de sua confiança na Mesa Diretora da Casa Legislativa, com poderes de definir a agenda legislativa e interferir na formação das Comissões. Portanto, existe maior probabilidade de cooperação com o Executivo quando parlamentares de confiança assumem as posições hierárquicas (PEREIRA; MUELLER, 2003).

Apesar de a literatura supor alto custo para a governabilidade, os custos em termos orçamentários tem sido muito baixo, quando comparado com outras despesas do governo (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2000). As regras vigentes para elaboração e execução do orçamento no Brasil, fornecem ao Executivo alguns instrumentos para controlar a liberação das emendas individuais dos parlamentares, de modo a criar uma “moeda” política de baixo custo e extremamente útil para ser trocada por apoio político no Congresso e nas assembleias estaduais (PEREIRA; MUELLER, 2002).

Este instrumento é muito usado pelo Executivo local sempre que é necessário aprovar projetos de seu interesse. O governador negocia com os parlamentares a

liberação de algumas poucas emendas individuais, bem como a nomeação dos seus cabos eleitorais em determinados cargos públicos.

A Constituição de 1988 gerou um novo conjunto de normas complexas para regulamentar o processo decisório do orçamento federal. Foram criados três instrumentos institucionais responsáveis pela regulamentação, planejamento e distribuição dos recursos federais: o Plano Plurianual – PPA, com duração de quatro anos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA. As metas e diretrizes estabelecidas pelo PPA e pela LDO são utilizadas pelo Executivo para elaborar o projeto de Lei Orçamentária Anual. Este projeto de orçamento estima o total das receitas e fixa as despesas para o exercício fiscal seguinte, detalhando programas e atividades específicas em consonância com o PPA e LDO. Existem prazos legais para envio destes projetos ao Legislativo para análise, emendas, votação e posterior sanção ou veto do Executivo. A LOA é composta de três orçamentos diferentes: fiscal, seguridade social e de investimentos das estatais. A maioria das emendas individuais e coletivas dos parlamentares dá-se na rubrica “investimentos”, constante nos citados orçamentos.

O jogo orçamentário não acaba com a aprovação e sanção do orçamento, pois a partir daí os parlamentares lutam pela liberação de recursos das emendas e ainda procuram mais poder tentando alterar o orçamento com a aprovação de créditos adicionais.

Este poder do Executivo decorre dos amplos poderes legislativos que a Constituição de 1988 outorgou ao Presidente, tais como, medidas provisórias, urgência nas suas proposições, propor o orçamento anual e executar o mesmo sem interferência do legislativo.

Esta preponderância do Executivo na execução do orçamento e também na agenda do legislativo está presente também no DF, conforme demonstrado na seção 3.2, fazendo com que esta supremacia de um poder sobre o outro acabe refletindo na atuação dos parlamentares locais. Os deputados distritais, principalmente da base governista, para conseguirem executar o maior número possível das emendas individuais apresentadas à Lei Orçamentária Anual em benefício de suas bases eleitorais, buscando com isto o retorno eleitoral; são pressionados pelo governo local para votar favoravelmente nos seus projetos em troca da liberação das respectivas emendas. Este controle exercido pelo Executivo

acaba dificultando em parte o sucesso da política distributivista e clientelista presente na atuação dos parlamentares.

2.5. LEGISLAÇÃO E ESTRATÉGIAS COMPLEMENTARES

Nesta seção serão analisadas as outras estratégias adotadas pelos parlamentares para beneficiar suas bases eleitorais, pois como foi ressaltado na seção anterior, o Executivo acaba monopolizando as matérias orçamentárias e financeiras e outras matérias relevantes na agenda do legislativo.

Observa-se que a transferência de funções legislativas ao Executivo visando garantir recursos essenciais em vista da reeleição é uma estratégia legislativa mais eficaz do que o comprometimento direto com a atividade legislativa. Este comportamento faz com que os parlamentares produzam legislações de baixa relevância.

Neste trabalho, conforme demonstrado na introdução observa-se que a produção legislativa local deste tipo de proposição (indicações, moções, etc) é significativamente maior que os projetos de leis apresentados. A análise aprofundada destas proposições será realizada posteriormente na seção destinada à investigação dos dados coletados.

Propor leis sobre matérias tributárias, fiscais, orçamentárias e de administração pública é uma prerrogativa do Executivo estadual. Resta, portanto, aos deputados estaduais propor leis de “utilidade pública”, “homenagens” e “denominações de próprios públicos” (TOMIO; RICCI, 2008). Com a proposição de legislação de “baixa relevância”, com a indicação de correligionários para cargos públicos e com as emendas orçamentárias, os parlamentares podem executar suas estratégias distributivas e paroquialistas (TOMIO; RICCI, 2008).

Os parlamentares estaduais e distritais propõem fundamentalmente, três tipos de leis: a) leis que declaram “utilidade pública” associações e entidades sem “fins lucrativos”, leis que denominam pontes, estradas, escolas, prédios públicos, etc. ou criam dias comemorativos, e leis que dão títulos para homenagear personalidades – em geral, estas leis possuem uma grande taxa de aprovação; b) leis que criam, alteram ou regulamentam “políticas públicas”, com uma baixa capacidade de aprovação e c) leis que tratam de aspectos da “administração pública” ou de

questões “orçamentárias” que geralmente são arquivadas, pois são matérias cuja prerrogativa de proposição é exclusiva do Executivo (TOMIO; RICCI, 2008).

Diante dos limites institucionais impostos à sua atuação parlamentar, os deputados estaduais apresentam, principalmente, projetos de leis com pequeno efeito alocativo de recursos (tido como de pouca relevância normativa), mas ainda relacionados a aspectos localistas com orientação distributivista (TOMIO; RICCI, 2008).

Note-se, em primeiro lugar, que o argumento distributivista e/ou paroquialista não pode ser limitado às leis orçamentárias já que, na prática, políticas que concedem benefícios contemplam decisões que não necessariamente se resumem na distribuição de dinheiro (RICCI, 2002). Determinados projetos de lei apresentados e aprovados pelos parlamentares também trazem benefícios quando regulamentam políticas públicas.

Arnold (1991, apud LEMOS, 2001) em seu trabalho reconhece a existência de propostas que concentram benefícios em grupos de interesse e em localidades geográficas específicas, bem como a existência de políticas que concedam benefícios difusos. Para ele os legisladores não agem somente respondendo a pressões e interesses específicos de determinados públicos, mas freqüentemente procuram dar apoio a políticas que podem ser importantes em determinado momento - as “preferências potenciais”, ou seja, aquelas que, de alguma forma, podem influenciar a atitude do eleitorado no momento da votação, não precisando estar ligadas necessariamente a um benefício concentrado (LEMOS, 2001, p.569).

Conforme citado no parágrafo anterior, em determinados momentos ganhos coletivos podem ser mais interessantes que ganhos individuais. Propostas de caráter difuso que são ideais para toda a sociedade podem trazer ganhos eleitorais para o político. O modelo racional se mantém, embora em uma base coletivista, ou seja, a proposta difusa também teria cunho pragmático (LEMOS, 2001, p. 576).

É importante observar que em determinados casos, como nos distritos altamente povoados que aumentam a dificuldade em localizar o eleitorado é mais conveniente para os políticos atuarem no campo da distribuição de benefícios dispersos territorialmente do que fazer políticas paroquiais (RICCI, 2002). Ao sinalizar ele mesmo para os seus eleitores através da legislação ordinária, tratando-

se de eleição proporcional e levando em conta os custos de sinalização, é de se esperar que, ao aumentar da magnitude, prevaleça uma prática distributiva que beneficia grupos amplos e espalhados sobre o território nacional para capturar o maior número possível de eleitores (RICCI, 2002).

O autor em seu artigo chega à conclusão que a conexão eleitoral não se faz somente com a distribuição de benefícios concentrados para viabilizar a reeleição. No caso analisado, pelo contrário, a lógica eleitoral proporcional e os custos de sinalização para os deputados ao lado dos incentivos institucionais à delegação parecem empurrar para uma ação legislativa voltada para satisfazer grupos mais amplos.

Lemos (2001) mostra que as propostas regulatórias no estudo em questão superam as transferidoras de recursos, pois como o orçamento está nas mãos do Executivo e a liberação de recursos é difícil, os parlamentares para evitar a rejeição do eleitorado marcam posicionamentos apresentando propostas regulatórias. Neste trabalho vamos verificar se este tipo de comportamento se aplica no legislativo local.

A literatura mostra que a política distributivista com a distribuição de benefícios concentrados é importante para a conexão eleitoral dos parlamentares com as suas bases eleitorais e com determinados grupos de interesse, mas alguns estudos mostram que a distribuição de benefícios difusos em defesa dos interesses coletivos e a apresentação de propostas regulatórias de políticas públicas beneficiam também a conexão eleitoral. Segue abaixo a apresentação de alguns fatores que segundo diversos autores são realmente importantes para o sucesso da carreira política do parlamentar.

Segundo Pereira e Rennó (2001) um grupo considerável de parlamentares que opta por estratégias nacionais, principalmente para se diferenciar dos demais, são bem sucedidos. Entretanto, abdicar de uma estratégia local é uma decisão muito arriscada, pois obriga os deputados a tentarem criar fatos e eventos que os tornem visíveis, compensando assim a falta de vínculos mais estreitos com suas bases eleitorais.

Parlamentares que dispersam mais seus votos e enfrentam menos competição na sua principal base eleitoral têm maiores chances de ser reeleitos (PEREIRA; RENNÓ, 2001).

Para Aragão (1994) os fatores que asseguram a reeleição do político seriam os seguintes: base eleitoral, imagem pública, fontes de financiamentos de campanha, entre outros.

Com relação às emendas orçamentárias a literatura mostra que quanto mais emendas executadas maior a chance de reeleição. A simples reivindicação do crédito de ter proposto a emenda não é suficiente para aumentar as chances de reeleição do parlamentar. Simplesmente aprovar emendas no orçamento exerce uma influência negativa no resultado da reeleição. O pragmatismo do eleitor mostra que eles premiam apenas os candidatos que, de fato, trazem benefícios para suas localidades e não apenas fazem promessas, ou seja, as emendas precisam ser executadas (PEREIRA; RENNÓ, 2001).

É muito provável que a maioria dos parlamentares dependa significativamente da quantidade de recursos distribuídos à sua base eleitoral para sobreviver politicamente. Contudo, o que importa para o parlamentar ter sucesso na reeleição é conseguir que o Executivo, de fato, implemente suas emendas e projetos locais, e não apenas aprove emendas na lei orçamentária anual (PEREIRA; RENNÓ, 2001).

Outro fator que beneficia a reeleição é a quantidade de dinheiro gasto durante a campanha. Samuels (2000) afirma que o financiamento da campanha é mais importante que o dinheiro transferido na forma de *pork barrel*, ou seja, quanto maior os gastos de campanha, maior o sucesso eleitoral do candidato.

Ser considerado um líder, ocupar cargos nas Comissões e Mesa Diretora da Casa aumenta as chances de reeleição. Ter ocupado cargo eletivo no Executivo, diminui as chances do deputado concorrer à reeleição, por outro lado, conseguir que suas emendas sejam efetivamente executadas aumenta a probabilidade de ser reeleito (PEREIRA; RENNÓ, 2001).

No Distrito Federal alguns parlamentares licenciam-se da Câmara e assumem cargos de Secretário de Governo ou Administrador Regional, conforme verificado nas publicações dos atos da Mesa Diretora no diário da Câmara Legislativa. Este trabalho também procurará mostrar se isto contribui ou atrapalha para a reeleição.

Segundo Tomio e Ricci (2008) em seu trabalho, ressaltando que não foram analisadas emendas orçamentárias e nem a nomeação de correligionários, o que garante o sucesso eleitoral não é o projeto paroquial, mas outros fatores como a

força do partido, a dinâmica das coligações, a ascendência sobre correligionários em cargos e agências do Executivo e o financiamento de campanha.

Os aspectos do sistema político brasileiro influenciam os resultados das eleições. A ambigüidade da relação representante/eleitor permite que os parlamentares exerçam seus mandatos com muita discricionariedade, preocupando-se, principalmente, em dar benefícios para suas bases eleitorais, tendo como principal tarefa negociar a liberação de recursos, buscando a reeleição (PEREIRA; RENNÓ, 2001). O Deputado que consegue passar a impressão de que lutou pelos seus municípios, obtendo recursos para eles, é recompensado na eleição.

Nesta revisão teórica foram abordados aspectos relacionados com os conceitos de *lobby*, grupos de interesse e pressão; procurando mostrar a origem e formação dos mesmos, bem como os principais momentos e formas de atuação junto aos poderes Executivo e Legislativo. Foi destacada também a importância da conexão eleitoral entre parlamentares e suas bases eleitorais e determinados grupos ligados aos mesmos. Através desta conexão, principalmente com a prática de políticas distributivistas, os parlamentares procuram manter o seu status e poder político distribuindo benefícios concentrados aos seus redutos eleitorais através da luta pela liberação das emendas orçamentárias, bem como com a proposição e aprovação de projetos de lei específicos e individualistas ou regulatórios com ganhos coletivos; e também outras proposições de menor relevância procurando sempre beneficiar os seus eleitores, tentando garantir assim o sucesso de sua carreira política aspirando à reeleição ou outro cargo de maior importância. O objetivo deste trabalho é verificar realmente se esta conexão eleitoral se traduz em retorno político aos parlamentares.

Procurei abordar também, através da análise da literatura mais recente a contradição da política no Brasil: a influência algumas vezes benéfica dos partidos políticos e líderes partidários junto aos seus parlamentares procurando facilitar a conexão eleitoral, bem como o pragmatismo dos eleitores que na arena eleitoral dão mais importância a figura do candidato em detrimento do partido. Outro aspecto abordado foi a grande influência do Executivo na agenda do Legislativo, principalmente no momento da liberação das emendas dos parlamentares, onde aquele poder usa de sua prerrogativa de executor do orçamento para impor a sua pauta de projetos de lei aos parlamentares, negociando a referida liberação das

emendas, bem como a nomeação nos cargos públicos, em troca dos votos necessários a aprovação dos mesmos.

Esta revisão teórica mostra a importância da conexão eleitoral entre parlamentares e suas bases e como isto influencia na forma de atuação dos mesmos durante toda a legislatura em busca do sucesso político. Esta conexão é realizada com o uso de instrumentos e fatores que podem influir na reeleição e preservação da carreira política, especialmente o uso de políticas distributivas, gastos de campanha e apresentação de proposições de interesse de suas bases eleitorais.

Após esta revisão teórica passo a apresentar a parte empírica do trabalho onde procurarei verificar se estas considerações teóricas são relevantes no universo da Câmara Legislativa do Distrito Federal e se a hipótese apresentada no início deste estudo pode ou não ser validada. Primeiramente farei uma breve descrição e resumo histórico da Câmara Legislativa. Posteriormente passarei à análise dos dados coletados.

3 . ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

3.1. A CÂMARA LEGISLATIVA DO DF

Brasília nasceu no Distrito Federal, parte das terras do Estado de Goiás, inaugurada em 21 de abril de 1960, sob a tutela do Governo Federal. Este controle do Governo Federal sobre a capital do país durou até maio de 1985, quando foi promulgada a emenda constitucional nº 25, que nos seus artigos de 39 a 41 instituía a representação política do DF. A lei nº 7.376/85 regulamentou a referida emenda.

Em 1985, a maior zonal eleitoral era o Plano Piloto. Disputando o voto dos mais de 700 mil eleitores, estavam 68 candidatos ao Senado e 172 candidatos à Câmara Federal, distribuídos em 22 siglas eleitorais, segundo dados do TRE -DF.

Em 1987, a Assembléia Nacional Constituinte contou com senadores e deputados do DF. Durante os trabalhos constituintes, os senadores e alguns deputados federais lutaram pela autonomia do DF. Esses parlamentares apresentaram emendas que propunham a realização de eleições diretas para governador do DF. A emenda foi rejeitada por não atingir o limite mínimo exigido de 280 votos. Assim, após várias discussões, ficou definido que o DF só realizaria sua autonomia política em 1990.

Em 1990 os cidadãos foram às urnas escolher um governador e deputados distritais, estes últimos escolhidos da mesma forma e para exercer as mesmas funções que os deputados estaduais e vereadores simultaneamente.

A Câmara Legislativa do DF apareceu como uma mistura de assembléia estadual e câmara de vereadores. Composta por vinte e quatro cadeiras, a Câmara surgiu para exercer a competência legislativa no DF. O primeiro pleito reuniu mais de 400 candidatos, exatamente 406 nomes apareceram nas listas de votação do TRE.

O sistema de eleição foi o mesmo adotado em todos os legislativos estaduais e federal, ou seja, coligações partidárias, sistema proporcional com lista aberta e o respectivo coeficiente eleitoral.

A CLDF instalou seus trabalhos no dia 1 de janeiro de 1991. Logo em seguida, elegeu-se a Mesa Diretora da Casa e redigiu-se o Regimento Interno, segundo o qual a Mesa Diretora, dividiria entre seus membros a supervisão administrativa dos órgãos administrativos. Dessa maneira, oficializou-se a repartição

de competências através do Ato da Mesa Diretora nº 07/91, de acordo com o qual, o Presidente ficaria com a supervisão das unidades de assessoramento direto à Mesa e daqueles vinculados ao Colégio de Líderes; o Vice-Presidente se ocuparia da área de sistemas de informação e de gráfica; o Primeiro Secretário, dos recursos humanos; o Segundo, da infra-estrutura administrativa; e o Terceiro, do processo legislativo em si. Esta distribuição com o decorrer do tempo sofreu algumas alterações.

3.2. A PRODUÇÃO LEGISLATIVA NA CLDF

A análise e interpretação dos dados coletados serão realizadas primeiramente através da análise da produção legislativa, por meio das proposições, apresentadas pelos 17 parlamentares que tentaram a reeleição no ano de 2006 procurando estabelecer a conexão entre estas proposições, a defesa dos interesses das bases eleitorais e o resultado das eleições nas zonas eleitorais correspondentes às respectivas regiões administrativas.

Nesta primeira etapa serão analisados os seguintes tipos de proposições: 43 projetos de emenda à Lei Orgânica (PELO), 169 projetos de lei complementar (PLC), 1654 projetos de lei (PL), 480 projetos de decreto legislativo (PDL), 4832 indicações (IND) e 1804 moções (MO); apresentadas pelos 17 parlamentares, durante a 4ª legislatura (2003 a 2006), que concorreram à reeleição em 2006. Os outros tipos de proposições que tratam de normas internas da casa, tais como: projetos de resolução (PR), recursos (REC) e requerimentos de informação (RQ); não serão analisados neste trabalho, pois devido ao volume de informações procurei escolher as proposições mais significantes com o tema escolhido.

Na segunda etapa serão analisadas as emendas propostas pelos deputados distritais à lei orçamentária anual durante os anos de 2003 a 2006, bem como a análise de quais emendas foram realmente empenhadas e executadas, procurando com isto estabelecer a conexão entre as emendas propostas com os interesses das bases eleitorais e respectivas regiões administrativas e grupos de interesse; observando se as mesmas deram retorno eleitoral aos deputados nas eleições.

Com relação às proposições legislativas, os dados primários foram colhidos no sistema de informações legislativas da CLDF – sistema *legis*. A tabela 1 mostra a

distribuição e o total das proposições apresentadas por todos os parlamentares durante a 4ª legislatura na Câmara Legislativa.

Tabela 1
Proposições legislativas apresentadas na CLDF, (2003-2006)

Proposição	2003	2004	2005	2006	Total
PELO	19	11	5	8	43
PLC	68	39	39	23	169
PL	1013	668	601	336	2618
PDL	253	163	147	148	711
IND	1829	1331	1685	1575	6420
MO	881	1598	396	163	3038
PR	64	32	29	16	141
RQ	879	762	603	260	2504
REC	39	14	8	2	63
Total	5045	4618	3513	2531	15707

Fonte: Elaboração própria a partir do *Legis* – Sistema de Informações Legislativas – CLDF

A tabela 2 mostra a produção legislativa dos 17 parlamentares que serão objeto de estudo neste trabalho. Esta tabela refere-se às proposições apresentadas pelos onze parlamentares que participavam da base de governo: Aguinaldo de Jesus, Benício Tavares, Brunelli, Eliana Pedrosa, Eurides Brito, Leonardo Prudente, Odilon Aires, Pedro Passos, Rôney Nemer, Wigberto Tartuce e Wilson Lima; e também às apresentadas pelos seis parlamentares da bancada de oposição: Chico Floresta, Chico Leite, Chico Vigilante, Erika Kokai, Paulo Tadeu e Peniel Pacheco.

Tabela 2
Proposições legislativas dos parlamentares governistas e oposicionistas (2003-2006)

Deputados governistas					
Proposição	2003	2004	2005	2006	Total
PELO	15	6	4	4	29
PLC	22	11	9	3	45
PL	367	246	216	131	960
PDL	104	85	72	71	332
IND	932	640	1088	1165	3825
MO	583	328	338	53	1302
PR	21	18	14	3	56
RQ	317	254	224	131	926
REC	15	10	4	1	30
Total	2376	1598	1969	1562	7505

Deputados opositoristas					
PELO	15	8	4	1	28
PLC	10	6	4	1	21
PL	202	179	126	45	552
PDL	48	36	29	35	148
IND	120	351	249	279	999
MO	49	85	41	31	206
PR	32	17	18	6	73
RQ	383	406	300	103	1192
REC	19	6	1	0	26
Total	878	1094	772	501	3245

Fonte: Elaboração própria a partir do *Legis* – Sistema de Informações Legislativas – CLDF

Da tabela acima podemos concluir que os dezessete parlamentares que buscaram a reeleição foram responsáveis pela apresentação de 68,44% do total de proposições, sendo 47,78% propostas pelos governistas (11 deputados) e 20,66% pelos opositoristas (6 deputados). Observa-se, que com relação às proposições legislativas consideradas mais importantes como, os projetos de emenda a Lei Orgânica, projetos de lei complementar e projetos de lei, prevalecem uma proporcionalidade na apresentação das mesmas entre governistas e opositoristas. Com relação às proposições de menor relevância, ou seja, projetos de decreto legislativo (principalmente concessão de título de cidadão honorário), indicações e moções de louvor, agradecimento, solidariedade; observa-se que os parlamentares governistas apresentaram proporcionalmente três vezes mais proposições que a oposição. Enquanto que na apresentação dos requerimentos de informação, que notoriamente é um instrumento de fiscalização das ações do Executivo, os deputados opositoristas apresentaram proporcionalmente duas vezes e meia mais proposições que os governistas.

Neste trabalho serão analisados os projetos de emenda a lei orgânica (PELO) promulgados (Pr) e rejeitados (Re); os projetos de lei complementar (PLC) sancionados (Sa) e rejeitados (Re); os projetos de lei (PL) sancionados (Sa), promulgados (Pr) e vetados (Ve); os projetos de decreto legislativo (PDL) promulgados (Pr) e rejeitados (Re); as indicações (IND) aprovadas (Ap) e rejeitadas (Re) e moções (MO) aprovadas (Ap) e rejeitadas (Re) dos dezessete parlamentares procurando observar a conexão eleitoral entre estas proposições apresentadas

pelos deputados beneficiando suas bases eleitorais e o possível retorno aos mesmos em forma de votos na eleição de 2006.¹

A tabela 3 apresenta o resumo das proposições sancionadas, promulgadas, rejeitadas, vetadas e aprovadas; apresentadas pelos parlamentares e Executivo. Com os dados mostrados na tabela 4 procurarei tecer alguns comentários sobre a atuação dos parlamentares com relação à produção legislativa dos mesmos durante a 4ª legislatura, verificando se esta atuação trouxe benefícios para suas carreiras políticas na eleição seguinte.

Tabela 3
Distribuição das proposições apresentadas pelos parlamentares e Poder Executivo do DF (2003-2006)

Parlamentar/ Poder	PELO		PLC		PL			PDL		IND		MO	
	Pr	Re	Sa	Re	As	Pr	Ve	Pr	Re	Ap	Re	Ap	Re
Poder Executivo	06		43	04	414	04	15						
Base Governista													
Aguinaldo de Jesus		01			07	06	05	13		05		14	
Benício Tavares		02		01	15	02	07	18		282	01	27	
Brunelli	01	02	01		24	09	10	58		486	02	625	
Eliana Pedrosa		01	03	01	18	23	14	42		701		92	
Eurides Brito			01	01	25	06	04	23		222		33	
Leonardo Prudente			01	01	09	04	05	22		620		96	
Odilon Aires		02		01	14	04	12	13		225		32	
Pedro Passos		02	01		20	03	02	21		1023	19	471	
Roney Nemer	01	01		02	04	02	02	34		90	02	14	
Wigberto Tartuce					03	02	01	03				03	
Wilson Lima		01	01		07	05	06	13		46		16	
Oposicionistas													
Chico Floresta	01	01			09	03	12	17	01	430		64	01
Chico Leite	02	02		01	08	17	11	02	01	148	04	40	
Chico Vigilante	01	02	01		08	09	09	15	02	157		53	
Erika Kokai	01	01			11	14	12	30	02	50		40	
Paulo Tadeu	02	02			07	11	06	13	02	45		31	
Peniel Pacheco	02	02		01	15	04	09	24		43	01	50	

Fonte: Elaboração própria a partir do *Legis* – Sistema de Informações Legislativas – CLDF

Os dados apresentados na tabela 3 mostram como cada parlamentar atua individualmente e também coletivamente junto aos seus colegas de partido e

¹ Não serão analisadas as proposições legislativas que estão tramitando, as prejudicadas, retiradas de tramitação, apensadas e as arquivadas no final da legislatura, pois as mesmas não produziram ainda nenhum efeito legal e também devido a falta de interesse dos próprios parlamentares, as mesmas ficam muito tempo sem o devido andamento e acabam sendo arquivadas em definitivo.

coligações, pois diversos projetos apresentados têm autoria conjunta conforme dados coletados no sistema *Legis*.

Com relação às proposições apresentadas pela base do governo (11 parlamentares) e pela oposição (06 parlamentares), podemos observar que as duas bancadas apresentaram quase a mesma quantidade de projetos de emenda à Lei Orgânica (29 x 28). Entretanto, a oposição promulgou três e a base governista apenas um, enquanto o Executivo apresentou sete e promulgou seis, mostrando a força do Governador. Cabe informar que as emendas de iniciativa da oposição que foram promulgadas são emendas de interesse geral de todos os parlamentares, como por exemplo: fim do voto secreto, estabelecimento de idade para idoso; que tiveram consenso para aprovação. Com relação aos projetos de lei complementar a relação de apresentação das proposições entre governistas e oposicionistas (45 x 21) é proporcionalmente a mesma, mas a base do governo teve cinco e a oposição apenas um. Já o Executivo sancionou 43 dos 71 apresentados.

Nos projetos de lei apresentados a relação entre governo e oposição (960 x 552) é proporcional também ao número de parlamentares de cada bancada, sendo que os governistas sancionaram e promulgaram 182 correspondendo a 18,96% e os oposicionistas 94 equivalendo a 17,03%. O Poder Executivo mostra, novamente, a sua supremacia perante o Legislativo sancionando 418 projetos de lei dos 524 apresentados, sendo que deste total, 54 foram retirados da pauta pelo próprio governo, ou seja, o índice de aprovação dos projetos de lei enviados à Câmara pelo Governador foi de 88,94%.

Com relação aos projetos de decreto legislativo, indicações e moções; os deputados da base governista apresentaram entre três a quatro vezes mais proposições que os parlamentares de oposição durante a legislatura estudada. Estas proposições geralmente têm um custo muito baixo, alto índice de aprovação pelo plenário, conforme mostra a tabela 3; e isto nos leva a suposição de que os parlamentares que participaram da base do governo Roriz vislumbraram um ganho eleitoral com a apresentação significativa deste tipo de produção legislativa em comparação com os deputados de oposição.

Com os dados coletados e manipulados no banco de dados do sistema *Legis*, descreverei a seguir como foi a atuação dos 17 parlamentares em relação às proposições apresentadas na tabela 3, procurando mostrar se estas proposições legislativas distribuíram benefícios concentrados ou difusos e se algumas

apresentaram caráter regulatório, bem como se procuraram beneficiar as bases eleitorais e os grupos de interesse porventura ligados aos deputados distritais.

3.3. CLASSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA SEGUNDO O TIPO

Nesta parte do trabalho relativa à classificação da produção legislativa é importante ressaltar quais os tipos de proposições apresentadas e a finalidade das mesmas.

Os projetos de emendas à Lei Orgânica (PELO) são apresentados visando incluir ou modificar normas da referida lei, sendo que quase na totalidade dos casos as emendas estão relacionadas com normas administrativas e ou legislativas referentes ao funcionamento dos poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal. Os projetos de lei complementar (PLC) tratam de matérias relacionadas à alienação de imóveis por interesse social; criação de fundos assistenciais a dependentes químicos, idosos e geração de renda; matérias tributárias; exploração de serviços públicos em logradouros públicos e matérias relacionadas a recursos orçamentários dentre outras.

Conforme mostrou a tabela 3 a participação dos parlamentares com relação a estas proposições é muito pequena, ressaltando que o Poder Executivo é o principal autor destes tipos de proposições sancionadas, tendo uma participação de 72%. A característica principal dos projetos de emenda à Lei Orgânica é o caráter normativo e regulatório. Os projetos de lei complementar têm também natureza regulatória em determinados casos e são projetos que geralmente trazem benefícios difusos para toda a comunidade. São proposições onde a participação dos parlamentares é voltada para atender ao Executivo e toda a sociedade de modo geral. Estas proposições de interesse coletivo são importantes na atuação legislativa dos deputados distritais, conforme descrito por parte da literatura, mas são dados difíceis de mensuração em termos de estabelecer ganhos eleitorais aos parlamentares.

A classificação deste estudo será realizada, portanto, com as outras proposições que apresentam características mais distributivas e benefícios concentrados, facilitando a análise dos dados em busca de um resultado mais preciso e consistente da investigação proposta.

Os projetos de lei (PL) tratam de matérias relacionadas a regulamentações, instituição de programas assistenciais e educativos, matérias tributárias a cargo do Executivo e outras matérias de interesse geral da comunidade, bem como matérias de interesse de pequenas parcelas da população (benefícios concentrados).

Os projetos de decreto legislativo (PDL) são propostos em 95% dos casos pelos parlamentares como forma de homenagem aos cidadãos através da concessão do título de cidadão honorário. É o tipo de proposição específica e de caráter individualista, onde o parlamentar busca em geral homenagear alguém e obter ganhos eleitorais da comunidade próxima ao homenageado.

As indicações (IND) são proposições apresentadas e aprovadas na sua grande maioria, conforme tabela 3, onde os parlamentares procuram atender aos pedidos de seus eleitores junto ao Governo do Distrito Federal encaminhando, principalmente, sugestões de melhorias urbanas tais como: asfaltamento de ruas; construção de quadras esportivas, praças, postos de saúde; implantação de linhas de ônibus; iluminação pública; colocação de faixas de pedestres, barreiras eletrônicas; etc. Os deputados usam este tipo de proposição para mostrar as suas bases eleitorais a preocupação com a busca da solução dos problemas da comunidade. Este trabalho fica restrito a verificação e análise das indicações apresentadas pelos parlamentares procurando vincular a atuação dos parlamentares na esfera legislativa com as proposições de interesse de seus eleitores, não investigando se as mesmas foram atendidas pelo Executivo devido ao limite de tempo e falta de dados.

As moções (MO) são proposições onde os parlamentares procuram manifestar apoio, solidariedade, votos de louvor, pesar e algumas vezes repúdio e protesto; aos cidadãos, familiares, comunidades, governos e autoridades. É um instrumento usado em grande escala por alguns deputados, conforme tabela 4, cujo objetivo principal é demonstrar o seu interesse, apoio, apreço ou repúdio sobre determinado fato, pessoa ou atitude; buscando também um retorno eleitoral com estas proposições.

Procurarei apresentar abaixo uma análise mais detalhada da atuação de cada um dos 17 parlamentares com relação a sua respectiva produção legislativa durante a 4ª legislatura, comentando os números apresentados na tabela 3.

No anexo "A" apresento um resumo biográfico de cada parlamentar destacando as suas principais áreas de atuação e suas principais bases eleitorais.

Estes dados foram coletados no livro do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e no site do TRE - DF.

3.4. PRODUÇÃO LEGISLATIVA POR PARLAMENTAR

O anexo “B” apresenta o detalhamento das produções legislativas aprovadas e sancionadas, durante a 4ª legislatura (2003 A 2006), pelos 17 parlamentares que concorreram à reeleição em 2006.

Os dados informados neste anexo estão condensados na tabela 4 abaixo, que mostra a relação dos parlamentares governistas e oposicionistas, destacando as principais produções legislativas e os respectivos grupos e regiões beneficiadas, bem como as principais bases eleitorais e os resultados da eleição de 2006.

Os dados apresentados mostram uma atuação diversificada dos parlamentares com relação à produção legislativa, onde alguns usaram em número elevado a sua prerrogativa de propor projetos procurando beneficiar as reivindicações de suas bases eleitorais; enquanto que outros, talvez devido à pequena demanda da comunidade junto aos seus gabinetes, apresentaram um número reduzido de proposições. Outro motivo para a discrepância dos números pode ser o comportamento do próprio parlamentar na sua forma de atuação, procurando atender os anseios de seus eleitores de maneira diferenciada, ou seja, não dando muita importância a determinados tipos de proposições, privilegiando o exercício do mandato com uma maior participação em plenário ou fiscalizando as ações do Executivo e do próprio Legislativo.

Conforme pode ser observado, os parlamentares da base governista apresentaram mais proposições de baixa relevância que os deputados oposicionistas. É importante destacar que a maioria dos projetos de leis sancionados e promulgados apresentou aspecto regulatório e normativo, apesar de que alguns parlamentares apresentaram também propostas distribuindo benefícios concentrados a suas bases e grupos de interesse. Com relação às demais proposições (PDL, IND, MO) o aspecto clientelista e distributivista está sempre presente, pois os deputados buscam atender as demandas de suas bases e demonstram aos seus eleitores o seu interesse pelos mesmos através dos projetos de decretos legislativos e moções apresentadas.

Tabela 4
Produção legislativa - bases eleitorais e grupos beneficiários – eleições 2006

Parlamentares Governistas	Profissão/área de atuação	Principais bases Eleitorais	Produção Legislativa					Principais grupos e regiões beneficiadas	Votos/Região 2006 %
			Projetos de Lei (PL)		Outras proposições em destaque				
			Concentrados	Difusos	PDL	IND	MO		
Aguinaldo de Jesus (PL)	Pastor evangélico	Ceilândia Gama	4	9	11	3	14	Servidor público e empreendedores	21,4% Ceilândia 14% Gama 12,7% Taguatinga 10,1% Samambaia
Benício Tavares (PMDB)	Servidor público	Ceilândia Riacho Fundo	11	6	14	169	27	Grupos: Portadores de necessidades especiais, idosos, servidor público, transporte alternativo. Regiões: Ceilândia, Taguatinga, Park Way	35,2% Ceilândia 18,4% Samambaia 16,3% Gama
Brunelli (DEM)	Pastor evangélico	Ceilândia Taguatinga	22	11	53	318	615	Grupos: Membros e igrejas evangélicas, idosos, portadores de necessidades. Regiões: Ceilândia, Taguatinga	35,3% Ceilândia 14,2% Taguatinga 12,1% Samambaia 8,2% Gama
Eliana Pedrosa (DEM)	Empresária	DF	18	23	37	548	92	Grupos: Servidor público, associações profissionais, estudantes carentes, sindicato dos vigilantes, eventos religiosos católicos, portadores de necessidades, motociclistas. Regiões: Planaltina, Sobradinho, Brasília e Gama.	14,4% Ceilândia 14,1% P. Piloto e Lagos Sul e Norte 10,7% Sobradinho
Eurides Brito (PMDB)	Professora	DF	14	17	20	156	33	Grupos: Servidor público, estudantes de escolas públicas, eventos culturais rurais, projetos educacionais, transporte alternativo. Regiões: Gama, Planaltina	19% Gama e Santa Maria 17,6% P. Piloto e Lagos Sul e Norte 14,4% Taguatinga
Leonardo Prudente (DEM)	Empresário	Ceilândia Paranoá Gama e Brasília	9	5	16	541	82	Grupos: Membros e igrejas evangélicas, empresas comerciais, eventos de moda, servidor público, portadores de necessidades, sind. de vigilantes e brigadistas. Regiões: Paranoá, Ceilândia, Taguatinga, Brasília.	16,6% Ceilândia 15,9% P. Piloto e Lagos Sul e Norte 13,9% Gama 11,0% Taguatinga
Odilon Aires (PMDB)	Servidor público	Cruzeiro Brasília Taguatinga	8	10	13	225	32	Grupos: Profissionais de engenharia, transporte alternativo, servidor público. Regiões: Cruzeiro, Guará, Brasília.	16,4% Ceilândia 16,1% Taguatinga 14,1% Cruzeiro

Pedro Passos (PMDB)	Empresário Agropecuarista	Santa Maria Paranoá Planaltina	14	9	16	771	456	Grupos: Associações rurais, transporte alternativo, associação de condomínios, eventos culturais rurais e religiosos, empresas comerciais. Regiões: Planaltina, Santa Maria, Ceilândia e Brazlândia.	18,5% Planaltina 12,8% Santa Maria e Gama 11,3% Paranoá 11,0% Ceilândia
Rôney Nemer (PMDB)	Arquiteto e servidor público	Recanto das Emas Samambaia Ceilândia	3	3	34	75	14	Grupos: Eventos culturais religiosos e universitários. Regiões: Recanto das Emas, Samambaia.	31% Recanto das Emas 15,4% Ceilândia 13% Taguatinga
Wigberto Tartuce (PP)	Empresário de construção civil e comunicação	DF	1	4	1	0	3		17,4% Ceilândia 14,5% Taguatinga 12,7% Samambaia
Wilson Lima (PR)	Comerciante	Gama	6	5	10	37	16	Grupos: Católicos, empresas de estética e pesca, portadores de necessidades especiais. Regiões: Gama e Ceilândia.	66% Gama 8,4% Samambaia
Parlamentares Oposicionistas									
Chico Floresta (PT)	Engenheiro Florestal	Brasília Cruzeiro	7	5	15	430	64	Grupos: Ambientalistas, eventos culturais e religiosos, igualdade racial. Regiões: DF	31,9% P. Piloto e Lagos Sul e Norte 17,5% Taguatinga
Chico Leite (PT)	Promotor Público	Brasília, Lagos Sul e Norte Ceilândia	7	19	2	94	40	Grupos: Judiciários, esportistas, servidor público, ambientalistas Regiões: Brasília, Ceilândia	29,3% P. Piloto e Lagos Sul e Norte 18,3% Ceilândia 16,4% Taguatinga
Chico Vigilante (PT)	Sindicalista	Ceilândia	7	10	12	96	53	Grupos: Sind. de vigilantes, eventos culturais e religiosos, negros, portadores de necessidades especiais. Regiões: Ceilândia e Planaltina	27% Ceilândia 17,8% P. Piloto e Lagos Sul e Norte 14,3% Taguatinga
Érika Kokai (PT)	Bancária	Brasília Brazlândia	11	14	25	34	40	Grupos: Eventos culturais e esportivos, indígenas, associação dos surdos, servidor público, portadores de necessidades especiais. Regiões: Planaltina, Brazlândia	35,3% P. Piloto e Lagos Sul e Norte 13,5% Taguatinga 11,5% Ceilândia
Paulo Tadeu (PT)	Servidor da CEB	Sobradinho Brasília	6	11	8	34	31	Grupos: Eventos culturais religiosos, igualdade racial, servidor público, entidades de utilidade pública. Região: Sobradinho	19,6% Sobradinho 16,6% P. Piloto e Lagos Sul e Norte 16% Taguatinga
Peniel Pacheco (PDT)	Professor de teologia e Pastor evangélico	DF	7	12	21	30	50	Grupos: Servidor público, taxistas, produtos ópticos, entidade de utilidade pública. Regiões: Park Way, Brasília.	30,2% P. Piloto e Lagos Sul e Norte 12,6% Taguatinga

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do sistema *Legis* da CLDF e boletins eleitorais do TRE – DF.

Outro dado importante que a tabela revela é a conexão eleitoral existente entre a atuação dos parlamentares procurando beneficiar determinados grupos e suas principais regiões eleitorais e o resultado das eleições de 2006, em que os eleitores premiam os deputados com seus votos, conforme pode ser observado na última coluna da tabela em aproximadamente 80% das correlações analisadas.

A tabela 5 mostra a relação entre os projetos de lei concentradores e difusos sancionados e promulgados, apresentados pelos 17 parlamentares, que concorreram à reeleição, da base do governo (11) e da oposição (6).

Tabela 5
Projetos de lei concentradores e difusos na CLDF (2003-2006)

Projetos de lei	Concentrado	Difuso	Total
Deputados			
Governo	110 (52%)	102 (48%)	212
Oposição	45 (39%)	71 (61%)	116
Total	155 (47%)	173 (53%)	328

Fonte: Elaboração própria com dados do *Legis* – Sistema de Informações Legislativas – CLDF

Apesar da maioria das leis sancionadas apresentarem características regulatórias, os dados da tabela acima revelam que a produção legislativa no período analisado apresenta uma pequena predominância de leis que distribuem benefícios difusos, procurando atender a toda comunidade. Os parlamentares governistas apresentam um percentual mais elevado de leis concentradoras de benefícios, mostrando que os referidos deputados procuraram dar maior prioridade em atender as suas bases eleitorais em detrimento de um atendimento generalizado. Já os deputados de oposição mostram um perfil com predominância de leis que distribuem benefícios difusos voltados para toda a comunidade, apesar de também apresentarem um percentual razoável de leis que produzem benefícios concentrados. Isto pode ser explicado pela maior facilidade que a base do governo tem em aprovar seus projetos, devido à maioria em plenário e nas comissões permanentes. Já a oposição, talvez pelas próprias características pessoais de atuação parlamentar ou pela maior dificuldade de aprovação dos seus projetos, opte por proposições regulatórias com distribuição de benefícios difusos.

3.5. EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS: PAROQUIALISMO NA CLDF

Nesta etapa do trabalho procurarei fazer a análise das emendas orçamentárias individuais apresentadas pelos parlamentares durante a 4ª legislatura e quais foram realmente empenhadas pelo Executivo. Para esta análise será utilizado o bando de dados em Excel construído com os dados obtidos no diário da Câmara Legislativa – DCL e sistema *Siggo* da Secretaria de Planejamento do Governo do Distrito Federal. Serão utilizados também os dados do TER-DF e TSE relativos aos votos obtidos pelos parlamentares nas eleições de 2002 e 2006, bem como os gastos de campanha dos mesmos em 2006 que foram apresentados ao TSE.

Após a análise das referidas emendas, procurarei concluir o trabalho observando se a hipótese inicial pode ser validada, observando se a produção legislativa e a apresentação das emendas orçamentárias foram importantes para a conexão eleitoral entre deputados e suas bases e grupos de interesse, visando à reeleição e o sucesso na carreira política.

Para realizar a investigação empírica relativa às emendas orçamentárias apresentadas pelos 17 deputados distritais objeto deste trabalho, foi elaborado um banco de dados no Microsoft Excel com as informações obtidas nos exemplares dos diários da Câmara Legislativa nos respectivos anos, procurando classificar as emendas apresentadas por: nome do parlamentar; função programática (urbanismo, saúde, cultura, educação, etc); ação a ser executada; região administrativa a ser beneficiada; valor financeiro da emenda e principais grupos de interesse vinculados as emendas propostas. Esta investigação procurará mostrar se a atuação dos parlamentares foi direcionada para beneficiar suas principais bases eleitorais e determinados grupos de interesses e se os resultados das eleições apresentados pelo TRE trouxeram benefícios aos deputados nessas regiões onde os mesmos destinaram mais recursos.

É importante observar que alguns parlamentares ocuparam cargos no Executivo, e durante o período que estavam afastados da Câmara Legislativa, não apresentaram emendas relativas ao respectivo ano de afastamento. No ano de 2003 os deputados Wilson Lima e Aguinaldo de Jesus não apresentaram emendas, pois eram suplentes e não exerciam o mandato. Em 2004 os deputados Leonardo

Prudente e Rôney Nemer eram secretários de governo e em 2005 o deputado Rôney Nemer continuou no mesmo cargo permanecendo fora da casa juntamente com o deputado Wigberto Tartuce.

Durante a 4ª legislatura o poder Executivo disponibilizou para o Legislativo, em cada ano, determinada quantia de recursos orçamentários para que os parlamentares apresentassem suas emendas individuais. É importante esclarecer que as emendas propostas à Lei Orçamentária Anual no final do exercício só terão a possibilidade de empenho e execução no exercício seguinte, ou seja, as emendas apresentadas e aprovadas em 2003 só poderão ser executadas em 2004. Portanto, neste trabalho serão analisadas as emendas individuais apresentadas pelos parlamentares que exerciam o mandato durante a 4ª legislatura (2003 a 2006) e as emendas individuais realmente empenhadas nos anos de 2004 a 2006; pois as emendas empenhadas em 2007 correspondentes ao orçamento de 2006 tiveram seus recursos liberados somente no ano seguinte, ou seja, após as eleições de 2006 e não serão, portanto, objeto de análise neste trabalho.

A tabela 6 mostra o total de recursos destinados às emendas individuais de todos os parlamentares durante os quatro anos da 4ª legislatura, bem como o valor total do orçamento do governo do Distrito Federal (GDF) no mesmo período e o respectivo percentual correspondente entre o disponibilizado para os parlamentares apresentarem suas emendas individuais e o orçamento total do GDF correspondente ao ano de execução da Lei Orçamentária Anual aprovada.

Tabela 6
Valores disponibilizados para emendas individuais e orçamento total do GDF

Ano	Emendas por deputado	Valor total por deputado (R\$)	Orçamento GDF (R\$)	Percentual: disponibilizado x orçamento GDF
2003/2004	30	3.200.000,00	6.459.788.209,00	1,19%
2004/2005	32	3.200.000,00	7.723.178.215,00	0,99%
2005/2006	50	5.000.000,00	8.169.879.275,00	1,47%
2006/2007	50	5.000.000,00	9.898.039.788,00	1,21%

Fonte: Diário da Câmara Legislativa – DCL e Diário Oficial do Distrito Federal - DODF

Observa-se que o valor de recursos liberados para os 24 parlamentares apresentarem suas emendas individuais corresponde em média a apenas 1,2% do orçamento total do GDF. É importante salientar que neste trabalho serão analisadas somente as emendas individuais apresentadas e empenhadas dos 17 parlamentares que tentaram a reeleição. O valor total de emendas individuais apresentadas pelos 17 parlamentares nos anos de 2003 e 2004 foi de aproximadamente R\$

54.400.000,00 (cinquenta e quatro milhões e quatrocentos mil reais); e nos dois anos seguintes (2005 e 2006) este valor subiu para R\$85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais). Para os 24 parlamentares os valores foram respectivamente de R\$76.800.000,00 (setenta e seis milhões e oitocentos mil reais) e R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais). A relação proporcional entre o total de recursos liberados para apresentação das emendas individuais e o orçamento total do GDF, durante os quatro anos estudados foi a pequena média de 1,2% do total de recursos do orçamento, conforme citado acima. Não serão objeto de estudo as emendas dos outros 7 parlamentares e nem as emendas de Mesa Diretora e de relator e membro da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Outro dado importante a ser destacado na tabela 6 é que nos dois últimos anos da 4ª legislatura (2005 e 2006), ou seja, período mais próximo da eleição de 2006, os parlamentares conseguiram negociar com o Executivo um número maior de emendas individuais, bem como 65% a mais de recursos financeiros. Isto permitiu que os deputados pudessem distribuir mais recursos e diversificar a sua atuação, procurando atender mais eleitores e maior número de regiões ou atender maior número de demandas nas suas principais bases eleitorais. Isso demonstra que o Executivo contribui para o paroquialismo e que a apresentação e liberação das emendas individuais dos parlamentares são importantes para a reeleição.

As tabelas 7 e 8 apresentam os percentuais médios dos recursos financeiros das emendas propostas pelos 17 parlamentares que concorreram à reeleição no ano de 2006, relativos aos quatro anos da legislatura. A tabela 7 destaca que a correlação dos dados é entre os parlamentares e as regiões administrativas do DF e na tabela 8 entre os referidos deputados e as principais funções programáticas. Estas tabelas foram elaboradas com as informações contidas no banco de dados do Microsoft Excel, cujos dados foram coletados das publicações do diário da Câmara Legislativa – DCL. Nestas tabelas estão os somatórios das médias percentuais dos valores das propostas de emendas orçamentárias apresentadas pelos parlamentares nos anos de 2003 a 2006. Na análise dos dados por ano orçamentário, foi observada uma distribuição constante e uniforme de recursos financeiros, onde os deputados mantiveram o mesmo padrão de apresentação das emendas, seja por região administrativa ou função programática, procurando sempre atender as mesmas bases eleitorais ou apresentando emendas relacionadas com as mesmas funções. Isto permitiu que se fizesse a compilação dos dados nas tabelas

abaixo, procurando mostrar a média percentual de distribuição dos recursos financeiros em toda a legislatura estudada.

É importante ressaltar o grande número de emendas com a mesma ação, mesma função e mesma região administrativa a ser beneficiada; que foram apresentadas pelos parlamentares durante os quatro anos, ou seja, a repetição de emendas foi uma constante na análise dos dados, em todos os anos da 4ª legislatura. Isto significa que as mesmas não foram executadas pelo Executivo, conforme será demonstrado posteriormente na análise das emendas que foram realmente empenhadas pelo governo do GDF nos anos de 2004 a 2006.

A tabela 7 faz a correlação do parlamentar com as principais regiões administrativas que foram beneficiadas com a distribuição de recursos financeiros por meio da apresentação de emendas individuais dos referidos deputados. Observa-se nesta tabela, conforme números em destaque (sombreamento), que a maioria dos parlamentares procura distribuir os recursos visando atender as demandas de suas principais bases eleitorais, que em alguns casos coincide também com o domicílio do deputado, conforme demonstrado em seção anterior.

Outro ponto a se observar é que a região DF é contemplada com muitas emendas e recursos pela maioria dos parlamentares. A explicação para o fato é encontrada nos dados analisados, onde observa-se que algumas destas emendas está relacionada a determinados grupos de interesse e outras são emendas geralmente vinculadas as funções de assistência social, administração, cultura, direitos da cidadania, desporto e lazer e segurança pública; cujos programas e ações ocorrem em todo o Distrito Federal.

Tabela 7 – Emendas apresentadas - Relação parlamentar x Região administrativa – CLDF (2003-2006) – Percentual médio dos recursos financeiros propostos.

REGIÕES	PARLAMENTARES																
	Aguinaldo de Jesus	Benício Tavares	Brunelli	Chico Floresta	Chico Leite	Chico Vigilante	Eliana Pedrosa	Erika Kokai	Eurides Brito	Leonardo Prudente	Odilon Aires	Paulo Tadeu	Pedro Passos	Peniel Pacheco	Rôney Nemer	Wigberto Tartuce	Wilson Lima
Águas Claras	1,0		2,5	3,0	1,5				1,5		2,0					1,0	
Brasília	1,0		2,5	10,0	5,0	1,5	1,5	7,0	3,0	12,0		6,0	2,0	6,0	5,0	7,0	5,0
Brazlândia			2,0				4,5	10,0	3,5		1,0	2,5	5,0	2,0	3,5		
Candangolândia			2,0				2,0		1,0		1,0				1,0		
Ceilândia		37,0	28,5	7,0	14,0	51,0	8,5	4,0	7,0	17,0	2,0	11,0	6,0	1,0	3,5	6,0	
Cruzeiro				3,0							32,0						
Distrito Federal	95,0	40,0	20,0	52,0	39,0	11,5	38,0	61,0	48,0	37,0	46,0	12,5	25,0	51,0	6,0	58,0	3,5
Gama			2,0	4,0	5,0	8,0	4,5	0,5	9,0	4,0	1,5	3,0	3,0	2,0	8,0	6,0	62,0
Guará			2,0	2,0	3,0					3,5		3,0	3,0	3,0	1,0		7,0
Jardim Botânico													2,5				
Lago Norte					1,5		1,5			3,0	1,0	0,5	1,0		1,0	1,0	
Lago Sul					0,5		1,0							1,0		4,0	
Núcleo Bandeirante	1,0						0,5	0,5	1,0								
Paranoá				2,0			5,0	0,5	2,0	9,0	1,0	1,5	5,0		3,5		
Park Way		4,0			1,0		1,5						1,0	16,0			
Planaltina	1,0	3,0	4,0	2,0	9,0	20,0	8,0	10,5		3,0		4,0	23,0		5,0	2,5	1,5
Recanto das Emas			2,5	1,0	2,5	2,0	2,0		2,0			1,0	1,0		27,0	1,5	1,0
Riacho Fundo		2,0					3,5				1,0	2,5	1,5		11,0	1,5	1,0
Samambaia		10,0	5,5	3,0	4,0	1,0	1,5	0,5	8,0	4,5	2,0	5,0	4,5		8,0	1,0	13,0
Santa Maria		1,0	1,5		2,0	4,0	1,5	0,5	8,0	1,0		1,5	7,5	1,0	3,5	1,5	1,5
São Sebastião				2,0	0,5		2,0		1,5	1,5	1,0				1,0	1,0	
Sobradinho				2,0	3,0		11,5		2,5	3,0		35,5	5,5	1,5	5,5		
Sudoeste														12,5	2,0		
Taguatinga	1,0	1,0	26,0	5,0	9,0	2,0	2,5	4,0		1,0	7,0	10,5	2,0	4,5	3,5	9,0	4,0
Varjão													1,5				

Fonte: elaborado pelo autor com dados do DCL e do banco de dados excel

Tabela 8 - Emendas apresentadas – Relação parlamentar x Função programática – CLDF (2003-2006) - Percentual médio dos recursos financeiros propostos.

FUNÇÕES	PARLAMENTARES																
	Aguinaldo de Jesus	Benício Tavares	Brunelli	Chico Floresta	Chico Leite	Chico Vigilante	Eliana Pedrosa	Erika Kokai	Eurides Brito	Leonardo Prudente	Odilon Aires	Paulo Tadeu	Pedro Passos	Peniel Pacheco	Rôney Nemer	Wigberto Tartuce	Wilson Lima
Administração	4,0	3,0			1,0	2,0	1,5	3,0			15,0		1,0				11,0
Agricultura	4,0	2,0			0,5				18,5		1,5	0,5	20,0				
Assist. Social	1,5	10,5	4,0	4,5	2,0	5,0	1,5	17,0	3,5		4,5	2,0	11,0	9,5	4,0	2,0	6,0
Ciência e Tecnologia	10,5													0,5	2,0		
CLDF																25,0	
Comércio e Serviços					0,5		1,0		4,5		1,5			2,5		5,0	
Cultura	8,0	1,5	39,0	6,0	15,0	10,0	20,5	26,0	27,0	16,0	15,0	9,0	19,0	21,5	8,0	7,0	22,0
Desporto e Lazer	54,0	25,0	3,0	11,0	27,0	5,5	16,0	10,0	19,0	16,0	25,0	22,0	4,0	7,0	22,0	31,0	16,0
Direitos da Cidadania					2,5	1,0		12,0				1,0		1,5		1,0	
Educação	4,0	8,5	1,0	6,5	19,0	14,0	3,0	5,0	20,0	9,0	2,5	16,0	8,0	1,5	11,0	2,0	2,5
Energia				0,5	0,5		3,0			2,5			1,0	4,0	3,5		2,5
Gestão Ambiental	1,0			44,0	5,0		4,5	1,0				11,5		2,0		1,5	
Previdência Social												1,0					
Saneamento						1,5	2,0				2,5	4,5		1,0	3,5	2,0	4,0
Saúde	4,0		2,0	4,0	3,5	8,0	3,0	2,5		1,5	10,0	3,0	5,0	27,5	3,5		2,0
Seg. Pública			2,0		1,5			4,5			1,5	2,5	2,0			2,0	4,0
Tecnologia				1,0													
Trabalho	7,0			3,5	5,5	1,5	3,0					0,5				5,0	
Transporte		8,0		1,5	2,0		1,0	0,5	1,5	1,5	2,0	0,5			1,0		5,5
Urbanismo	2,0	41,0	51,0	14,0	15,0	53,0	40,0	19,0	5,0	54,0	19,0	25,0	29,0	22,5	41,0	18,0	26,5

Fonte: elaborado pelo autor com dados do DCL e do banco de dados excel

Após a análise das informações da tabela 8, procurarei fazer a correlação dos dados coletados junto ao sistema *Siggo* que tratam das emendas empenhadas nos anos de 2004 a 2006, com os dados da tabela acima relativos às principais bases eleitorais dos parlamentares e também com os dados eleitorais por deputado por zona eleitoral obtidos no TRE – DF na eleição de 2006. Esta análise permitirá verificar a existência da conexão eleitoral entre a atuação parlamentar e o possível retorno de suas bases e grupos em forma de votos beneficiando a sua reeleição. Analisarei também a distribuição de emendas que procuraram beneficiar determinados grupos de interesse, verificando se as mesmas foram empenhadas e se isto trouxe benefícios eleitorais ao deputado.

A tabela 8 faz a correlação do parlamentar com as principais funções programáticas que receberam recursos financeiros na apresentação das emendas individuais dos deputados. Como na tabela anterior, encontra-se em destaque os percentuais mais elevados de recursos financeiros que foram disponibilizados pelos deputados para atender determinadas ações ligadas a determinadas funções. Algumas observações são importantes para melhor compreensão dos dados exibidos: a função urbanismo, que trata de obras de construção, pavimentação, etc, é a que recebeu maior número de emendas e recursos da maioria dos parlamentares; as funções cultura e desporto e lazer também apresentam percentuais significativos; nas funções desporto e lazer, educação e saúde, apesar de terem recebido emendas específicas em sua área de atuação, a maioria das emendas está relacionada com obras de construção de quadras de esporte, escolas e postos de saúde, ou seja, ações mais relacionadas com a função urbanismo.

Esta tabela mostra também a forma de atuação do parlamentar em virtude do seu perfil, ou seja, mostra como alguns deputados buscam atender as reivindicações dos grupos de interesse ligados aos mesmos e também como outros procuram atuar mostrando preocupação em disponibilizar recursos para áreas em que têm mais conhecimentos técnicos e afinidades com determinados temas.

As principais informações das tabelas 7 e 8 servirão de base para, juntamente com outros dados coletados, mostrar a atuação dos parlamentares em benefício de determinados grupos e regiões e o possível retorno disto em forma de votos, beneficiando a reeleição.

Dentre os grupos de interesse mais atuantes no Distrito Federal destacam-se: associações de moradores das cidades satélites, grupos religiosos, sindicatos,

grupos empresariais, grupos de trabalhadores, grupos de entidades profissionais, grupos corporativos (funcionalismo público do poder executivo) e também a participação de determinados grupos da população local que exercem influência no processo eleitoral.

Na tabela 9 serão detalhados os percentuais destinados aos principais grupos ou regiões administrativas em que os 17 parlamentares apresentaram emendas individuais com valores significativos de recursos em relação ao total que foi disponibilizado para os mesmos, bem como o percentual de votos obtidos por cada parlamentar nas principais zonas eleitorais na eleição de 2006, segundo dados do TRE - DF. Os dados da tabela 9, referentes aos percentuais de recursos orçamentários disponibilizados nas colunas onde estão relacionados os principais grupos de interesses ou pressão e principais regiões administrativas contempladas com maior volume de emendas, são relativos aos quatro anos da 4ª legislatura (2003 a 2006).

O objetivo desta tabela é tentar estabelecer a possível conexão eleitoral entre, a distribuição de emendas apresentadas pelos deputados distritais às leis orçamentárias anuais nos anos de 2003 a 2006 beneficiando os principais grupos de interesse e regiões administrativas, com o possível retorno eleitoral em forma de votos visando garantir as suas reeleições no ano de 2006.

É importante destacar que esta tabela apresenta o percentual de recursos orçamentários das emendas aprovadas, ou seja, mostra a intenção do parlamentar de beneficiar as suas bases eleitorais em troca de apoio político. Como destaca parte da literatura, existe uma diferença entre aprovar emendas e a execução das mesmas em termos de retorno eleitoral. Como veremos a seguir, a quantidade de emendas executadas é muito pequena em relação as que foram apresentadas, por isto, a tabela 9 é importante para a análise da conexão eleitoral entre a atuação parlamentar em benefício de suas bases e o retorno eleitoral proporcionado em forma de votos.

Tabela 9
Distribuição de recursos orçamentários por grupos/regiões e resultados da eleição 2006 nas principais zonas eleitorais

Parlamentar	Grupos	Regiões	Votos/Região
Aguinaldo de Jesus (PL)	8% Memorial JK 6% Futebol do DF	95% DF	21,4% Ceilândia 14% Gama 12,7% Taguatinga
Benício Tavares (PMDB)	27,5% Portadores Necessidades Especiais 7% Futebol do DF	40% DF 37% Ceilândia 10% Samambaia	35,2% Ceilândia 18,4% Samambaia 16,3% Gama
Brunelli (DEM)	35,5% Igrejas Evangélicas	28,5% Ceilândia 26% Taguatinga	35,3% Ceilândia 14,2% Taguatinga 12,1% Samambaia
Chico Floresta (PT)	4% ONGs culturais 4% Serv. Público/UnB	52% DF	31,9% P. Piloto e Lagos 17,5% Taguatinga
Chico Leite (PT)	8% UnB 4,5% ONGs e Judiciário	39% DF 14% Ceilândia 9% Taguatinga	29,3% P. Piloto e Lagos 18,3% Ceilândia 16,4% Taguatinga
Chico Vigilante (PT)	4,5% ONGs e Carnaval 3% Eventos Católicos	51% Ceilândia 20% Planaltina	27% Ceilândia 17,8% P. Piloto e Lagos 14,3% Taguatinga
Eliana Pedrosa (DEM)	4,3% Motociclistas 3,5% ONGs e Carnaval	38% DF 11,5% Sobradinho	14,4% Ceilândia 14,1% P. Piloto e Lagos 10,7% Sobradinho
Érika Kokai (PT)	7% Dir. Humanos (judiciário) 5,5% Port. Nec. Especiais 7,5% ONGs, Cooperativas, Fundações e Grupos Sociais	61% DF 10,5% Planaltina 10% Brazlândia	35,3% P. Piloto e Lagos 13,5% Taguatinga 11,5% Ceilândia
Eurides Brito (PMDB)	5% Eventos Cultura/Educação 10% Emater/Produção Rural 4% Futebol do DF	48% DF 9% Gama 8% Santa Maria	19% Gama / Santa Maria 17,6% P. Piloto e Lagos 14,4% Taguatinga
Leonardo Prudente (DEM)	8% Igrejas Evangélicas 4,5% Memorial JK e Marketing Brasília	37% DF 17% Ceilândia	16,6% Ceilândia 15,9% P. Piloto e Lagos 13,9% Gama
Odilon Aires (PMDB)	14% Futebol do DF 13% Servidor Público 7% Memorial JK	46% DF 32% Cruzeiro	16,4% Ceilândia 16,1% Taguatinga 14,1% Cruzeiro
Paulo Tadeu (PT)	5% Eventos Católicos 5% Polícia Civil e Serv. da CEB	35,5% Sobradinho 12,5% DF 10,5% Taguatinga	19,6% Sobradinho 16,6% P. Piloto e Lagos 16% Taguatinga
Pedro Passos (PMDB)	10% Eventos rurais católicos 4,5% Emater/Produtor rural	25% DF 23% Planaltina 7,5% Santa Maria	18,5% Planaltina 12,8% Santa Maria/Gama 11,3% Paranoá
Peniel Pacheco (PDT)	20% Portadores de diabetes 7,5% Feira do livro de BSB	51% DF 16% Park Way	30,2% P. Piloto e Lagos 12,6% Taguatinga
Rôney Nemer (PMDB)	2% Eventos Católicos	27% Recanto das Emas 11% Riacho Fundo	31% Recanto das Emas 15,4% Ceilândia 13% Taguatinga
Wigberto Tartuce (PP)	14% Futebol do DF 6,5% Igrejas Evangélicas	58% DF 9% Taguatinga	17,4% Ceilândia 14,5% Taguatinga
Wilson Lima (PR)	10% Eventos Católicos	62% Gama 13% Samambaia	66% Gama 8,4% Samambaia

Fonte: elaborado pelo autor com dados do DCL e TRE – DF.

Os dados acima revelam que alguns parlamentares procuraram beneficiar determinados grupos com percentuais significativos de recursos orçamentários com suas respectivas emendas individuais. É importante destacar que na maioria dos casos, estes grupos pertencem também à comunidade das principais regiões administrativas (bases eleitorais) onde os parlamentares atuam, ou seja, as

emendas destinadas às igrejas evangélicas, aos eventos católicos, aos portadores de necessidades especiais, etc, correspondem às cidades satélites onde os referidos grupos têm a sua sede.

Outros deputados já apresentam uma atuação mais diversificada, ou seja, procuram atender as demandas de diversas regiões e grupos, sem apresentar um percentual de destaque para algum em especial. Conforme já relatado na análise da tabela 7, a região DF apresenta números significativos para a maioria dos parlamentares por ser a região que concentra as emendas de interesse geral de todo o Distrito Federal.

A tabela 9 mostra a correlação existente entre a atuação marcante do parlamentar beneficiando determinada região administrativa e o percentual expressivo de votos que o mesmo recebe na respectiva base eleitoral em aproximadamente 80% dos dados analisados. Não podemos afirmar com certeza se os eleitores que pertencem a determinado grupo de interesse votam no deputado que procurou beneficiá-los, pois não temos dados do local exato de votação destes eleitores. Podemos apenas concluir que os eleitores de determinada região, pertencentes ou não a qualquer grupo de interesse, mas residentes naquele local para onde as emendas foram encaminhadas, dão o devido retorno eleitoral ao deputado através do voto.

Outro dado relevante é que os deputados de oposição (PT e PDT) apresentaram votação significativa em regiões de maior poder aquisitivo como Plano Piloto e Lagos Norte e Sul, mostrando que estas regiões apresentaram uma característica mais marcante de oposição ao governo e aos candidatos a deputados distritais da base governista.

A tabela 10 procurará agrupar os parlamentares da base de governo e os da oposição para analisar os dados relativos às emendas que realmente foram executadas pelo Executivo no período de 2004 a 2006, mostrando quais os possíveis grupos e regiões administrativas que foram beneficiados. Nesta tabela constarão as emendas individuais empenhadas dos 17 parlamentares objeto deste trabalho. Não serão analisadas as emendas de bancada, mesa diretora, relatores e membros de comissões. Estes dados foram coletados do sistema *Siggo* da Secretaria de Planejamento do Governo do Distrito Federal.

Tabela 10
Emendas empenhadas por grupo/região no período (2004 a 2006)
e resultados da eleição 2006 nas principais zonas eleitorais

Parlamentar/ % recursos	Grupo/Função	Região	Valor R\$ x (1000)	Votos/Região	Resultado Eleições/ nº votos		
Aguinaldo de Jesus 5,4%	Futebol do DF	DF	50	21,4% Ceilândia 14% Gama 12,7% Taguatinga 10,1% Samambaia	Reeleito 23.262		
	Desporto e lazer	DF	620				
	Esporte para Port. Necessidades Especiais	DF	100				
Benício Tavares 9,0%	Port. Necessidades	DF	646	35,2% Ceilândia 18,4% Samambaia 16,3% Gama	Reeleito 15.367		
	Futebol DF	DF	200				
	Obras urbanismo	Park Way	90				
	Emater	DF	80				
	Carnaval	Ceilândia	70				
	Obras urbanismo	Ceilândia	200				
Brunelli 8,2%	Eventos Evangélicos	DF	163	35,3% Ceilândia 14,2% Taguatinga 12,1% Samambaia 8,2% Gama	Reeleito 23.734		
		Ceilândia	601				
		Gama	50				
		Sobradinho	42				
		Samambaia	90				
	Obras urbanismo	Guará	149				
		Taguatinga	75				
Eliana Pedrosa 8,6%	Eventos culturais	DF	356	14,4% Ceilândia 14,1% P. Piloto e Lagos 10,7% Sobradinho	Reeleita 22.664		
		Ceilândia	60				
	Obras urbanismo	Riacho Fundo	45				
		Ceilândia	191				
		São Sebastião	50				
		Sobradinho	106				
	Eventos Católicos	Planaltina	35				
	Motociclismo	DF	239				
Desporto e lazer	DF	110					
Eurides Brito 6,6%	Obras urbanismo	Candagolândia	30	19% Gama e Santa Maria 17,6% P. Piloto e Lagos 14,4% Taguatinga	1ª Suplente 11.168		
		Recanto das Emas	40				
		Sobradinho	50				
		Núcleo Bandeirante	100				
		DF	100				
	Obras educação	Riacho Fundo	100				
	Emater/Produtor rural	DF	237				
	Desporto e lazer	DF	116				
	Eventos culturais	DF	121				
		São Sebastião	50				
Leonardo Prudente 11,1%	Eventos Evangélicos	DF	440	16,6% Ceilândia 15,9% P. Piloto e Lagos 13,9% Gama 11,0% Taguatinga	Reeleito 18.624		
		Planaltina	59				
	Eventos culturais	DF	200				
		Obras urbanismo	Paranoá			260	
			Guará			10	
			Brasília			400	
			DF			100	
	Ceilândia	100					
Desporto e lazer	Gama	25					
Odilon Aires 3,5%	Agricultura/Prod. rural	DF	75	16,4% Ceilândia 16,1% Taguatinga 14,1% Cruzeiro	Suplente 9.243		
	Obras culturais	DF	71				
	Obras urbanismo	Cruzeiro	242				
	Eventos católicos	Cruzeiro	50				
	Desporto e lazer	DF	68				

Pedro Passos 16,0%	Obras saúde	Santa Maria	6	18,5% Planaltina 12,8% Santa Maria e Gama 11,3% Paranoá 11,0% Ceilândia	Reeleito 20.431
	Obras urbanismo	Paranoá	251		
		Santa Maria	200		
		Planaltina	60		
		Recanto das Emas	80		
	Obras urbanismo	Sobradinho	80		
		Ceilândia	176		
	Agricultura/Produtor rural	Planaltina	140		
	Desporto e lazer	DF	286		
	Eventos católicos	Planaltina	60		
		Paranoá	230		
	Eventos católicos rurais	DF	70		
Emater	DF	330			
Eventos culturais	DF	285			
		40			
Ronêy Nemer 7,2%	Eventos católicos	DF	150	31% Recanto das Emas 15,4% Ceilândia 13% Taguatinga	Reeleito 22.966
		Samambaia	100		
	Obras urbanismo	Samambaia	100		
		Recanto Emas	597		
	Riacho Fundo	80			
Wigberto Tartuce 3,6%	Obras urbanismo	Lago Sul	300	17,4% Ceilândia 14,5% Taguatinga 12,7% Samambaia	Suplente 9.657
		Paranoá	50		
		Riacho Fundo	100		
Desporto e lazer	DF	60			
Wilson Lima 4,8%	Eventos católicos	DF	100	66% Gama 8,4% Samambaia	Reeleito 8.983
		Gama	272		
		Planaltina	69		
		Samambaia	144		
Obras igreja católica	Brasília	100			
Total emendas empenhadas deputados governistas			12018		
Chico Floresta 1,3%	Obras ambientais rurais	DF	185	31,9% P. Piloto e Lagos 17,5% Taguatinga	Suplente 9.898
Chico Leite 0,9%	Assistência Judiciária	DF	65	29,3% P. Piloto e Lagos 18,3% Ceilândia 16,4% Taguatinga	Reeleito 23.109
	Obras saúde	Ceilândia	41		
	Assistência jovens	DF	24		
Chico Vigilante 2,0%	Eventos católicos	Planaltina	143	27% Ceilândia 17,8% P. Piloto e Lagos 14,3% Taguatinga	1º Suplente 15.625
		Ceilândia	50		
	Obras urbanismo	Gama	100		
Erika Kokai 2,5%	Assistência Judiciária	DF	60	35,3% P. Piloto e Lagos 13,5% Taguatinga 11,5% Ceilândia	Reeleita 22.916
	Eventos culturais	DF	80		
	Obras vila telebrasil	DF	150		
	Obras urbanismo	Brazlândia	63		
Paulo Tadeu 2,9%	Eventos católicos	Sobradinho	132	19,6% Sobradinho 16,6% P. Piloto e Lagos 16% Taguatinga	Reeleito 28.505
		Santa Maria	50		
	Obras urbanismo	Sobradinho	180		
	Eventos evangélicos	Sobradinho	29		
	Eventos culturais	DF	20		
Desporto e lazer	Sobradinho	10			
Peniel Pacheco 6,5%	Feira do livro	DF	650	30,2% P. Piloto e Lagos 12,6% Taguatinga	1º Suplente 10.457
	Defensoria pública	DF	100		
	Obras urbanismo	Park Way	70		
		Gama	50		
	Saúde/diabetes	DF	35		
Desporto e lazer	DF	33			
Total emendas empenhadas deputados opositoristas			2320		

Fonte: elaborado pelo autor com dados do sistema Siggo do GDF e TRE – DF.

Esta tabela apresenta a correlação entre emendas empenhadas, grupo/função e região beneficiada com o respectivo valor e principais regiões onde os deputados obtiveram votação significativa na eleição de 2006 e o respectivo resultado eleitoral, mostrando que dos 17 parlamentares que concorreram à reeleição, 11 obtiveram êxito, sendo 8 da base do governo e 3 da oposição. O objetivo é mostrar a força do parlamentar junto ao Executivo na liberação de suas emendas e o quanto isto pode ter influenciado no seu resultado eleitoral.

Os dados acima mostram que a quantidade de recursos empenhados, destinados às emendas individuais dos 17 parlamentares que concorreram à reeleição em 2006 foi muito pequena em relação ao total de recursos que foi disponibilizado para apresentação das referidas emendas.

Na tabela 6 foi informado que o valor médio disponibilizado para as emendas individuais dos deputados para apresentação de emendas anuais à lei orçamentária correspondia a apenas 1,2% do orçamento total do GDF.

A tabela 10 mostra a execução das emendas individuais dos 17 parlamentares relativas ao período de 2004 a 2006. No ano de 2003 os 17 deputados distritais apresentaram as suas emendas individuais, para execução no ano de 2004, no valor total aproximado de R\$54.400.000,00 (cinquenta e quatro milhões e quatrocentos mil reais). Deste total foi empenhado para execução pelo Executivo o valor aproximado de R\$3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais) correspondendo a apenas 7,2% do total das emendas individuais apresentadas pelos 17 parlamentares. Em 2004 a história se repetiu com a execução de apenas R\$3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais) das emendas no exercício de 2005, correspondendo a apenas 7,0% do total das emendas apresentadas. No ano de 2005, correspondendo à execução do orçamento para 2006, ou seja, para o ano da eleição, os parlamentares conseguiram aumentar o valor individual de apresentação das emendas para R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Do total de R\$85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais) relativos às emendas individuais apresentadas pelos 17 parlamentares que concorriam à reeleição, a liberação das emendas para execução no ano da eleição (2006) foi de aproximadamente R\$6.638.000,00 (seis milhões seiscentos e trinta e oito mil reais), ou seja, no ano eleitoral os parlamentares conseguiram a liberação de quase o dobro dos recursos em comparação aos dois anos anteriores, mas mesmo

assim este valor correspondeu a apenas 7,8% dos recursos disponibilizados aos mesmos para apresentação de suas emendas individuais.

Parte da literatura afirma que o pragmatismo do eleitor é demonstrado com a real liberação dos recursos em forma de benefícios aos grupos e bases eleitorais. O simples fato de apresentar as emendas e a não execução das mesmas não traria retorno eleitoral. A tabela 10 confirma parcialmente esta assertiva, pois apesar dos poucos recursos que foram liberados, os mesmos foram destinados preferencialmente aos grupos e principais regiões administrativas (bases eleitorais) dos parlamentares na maioria dos dados apresentados, com a correspondente resposta do eleitor através do voto.

No universo do Distrito Federal, conforme demonstrado nas seções anteriores que trataram da produção legislativa e principalmente nos dados apresentados nas tabelas 7, 8, 9 e 10 que correspondem às emendas individuais apresentadas pelos deputados distritais durante os quatro anos da 4ª legislatura; o paroquialismo dos parlamentares é recompensado, em 80% dos casos, com os votos dos eleitores de suas principais bases eleitorais, mesmo que a quantidade de benefícios conseguidos para as comunidades não tenha correspondido nem a décima parte das emendas apresentadas. Observa-se, portanto, que a atuação dos parlamentares e a sua intenção de apresentar propostas em benefício dos seus eleitores, mesmo que a concretização das mesmas seja em pequena quantidade acaba proporcionando o devido retorno eleitoral.

Outro dado importante da tabela 10 é que os parlamentares da base governista foram beneficiados com a liberação de 83,8% dos recursos das emendas empenhadas, com percentuais individuais variando de 3,5 a 16,0%, enquanto os deputados de oposição obtiveram 16,2% dos recursos liberados, com percentuais individuais variando entre 0,9 e 6,5%. Isto mostra que se o parlamentar de oposição for depender apenas de emendas executadas para viabilizar a conexão eleitoral em busca da reeleição, será uma tarefa muito difícil no universo do DF no período analisado neste trabalho. A seguir procurarei mostrar, na tabela 11 a relação entre os resultados eleitorais obtidos pelos parlamentares e os gastos de campanha dos mesmos na eleição de 2006, fazendo uma breve análise sobre a influência destes gastos nos resultados eleitorais.

Tabela 11
Resultados eleitorais e gastos de campanha

Parlamentar	Votos 2002	Votos 2006	Resultado	Gastos (R\$)
Aguinaldo de Jesus	10.854	23.262	Reeleito	54.680,00
Benício Tavares	26.252	15.367	Reeleito	329.920,00
Brunelli	7.665	23.734	Reeleito	415.090,00
Chico Floresta	12.689	9.898	Suplente	193.415,88
Chico Leite	10.558	23.109	Reeleito	231.539,14
Chico Vigilante	17.592	15.625	Suplente	149.081,36
Eliana Pedrosa	11.817	22.664	Reeleita	767.905,80
Érika Kokai	14.610	22.916	Reeleita	118.793,67
Eurides Brito	24.065	11.168	Suplente	207.330,00
Leonardo Prudente	13.459	18.624	Reeleito	351.215,94
Odilon Aires	11.495	9.243	Suplente	213.579,20
Paulo Tadeu	21.320	28.505	Reeleito	270.373,00
Pedro Passos	10.590	20.431	Reeleito	664.985,00
Peniel Pacheco	6.114	10.457	Suplente	104.431,67
Rôney Nemer	15.433	22.966	Reeleito	190.139,00
Wigberto Tartuce	12.085	9.657	Suplente	761.060,00
Wilson Lima	6.888	8.983	Reeleito	246.461,51

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do TRE – DF e Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

Esta tabela mostra o resultado das votações dos 17 parlamentares, objeto deste trabalho, nas eleições de 2002 e 2006, os gastos de campanha da eleição de 2006 e o resultado destas eleições em termos de reeleição ou suplência.

Esta tabela informa que dos 17 parlamentares que concorreram à reeleição em 2006, 11 obtiveram sucesso, correspondendo a 64,7% e seis ficaram com suplentes, sendo que dos 11 deputados da base do governo 8 foram reeleitos (72,7%), e dos 6 da oposição 3 conseguiram a reeleição (50%). Dos 6 suplentes, 3 ficaram como o primeiro suplente das respectivas coligações partidárias, 1 como segundo suplente e os outros 2 ficaram abaixo da terceira suplência. Estes dados mostram que 15 dos 17 parlamentares apresentaram votações expressivas em termos de resultados eleitorais e os outros 2 ficaram entre os 32 mais votados.

Com relação à hipótese de que os gastos de campanha contribuem para o resultado das eleições, ou seja, quanto maiores os gastos, maiores as chances de sucesso eleitoral; no universo do Distrito Federal os dados apresentados, no período estudado, não confirmam plenamente esta hipótese. No geral, os dados coletados mostram que os parlamentares que apresentaram gastos mais elevados, conseguiram a reeleição. Mas, observamos também que determinados parlamentares apresentaram gastos expressivos e não foram reeleitos, enquanto que outros obtiveram sucesso eleitoral com gastos relativamente menores. É importante ressaltar que maior volume de dinheiro contribui para dar mais

visibilidade ao candidato durante a campanha, com a propaganda podendo ser divulgada em maior número de locais, tornando o candidato mais conhecido. Para isto se transformar em voto é necessário a análise de outros fatores, como os que foram abordados neste trabalho, e também a militância partidária durante a campanha.

Nesta eleição de 2006, os dados do TSE mostram que alguns deputados tentaram a reeleição e gastaram valores significativos não obtiveram sucesso, enquanto que 5 candidatos que concorriam ao primeiro mandato, conseguiram ser eleitos apresentando gastos de campanha inferiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

Neste trabalho procurei analisar se a conexão eleitoral existente entre a atuação legislativa dos parlamentares e interesses dos grupos facilita a obtenção de maior número de votos nas eleições, ou seja, os bons atendimentos das demandas dos grupos de interesses e regiões administrativas aos quais os parlamentares estão vinculados podem contribuir em ganhos eleitorais e ajudar na busca da reeleição.

Foi objeto de análise a produção legislativa dos 17 deputados distritais que concorreram à reeleição em 2006, as emendas individuais apresentadas durante os quatro anos da 4ª legislatura, bem como as emendas realmente empenhadas pelo Poder Executivo nos anos de 2004 a 2006. Outro ponto analisado foi a relação entre gastos de campanha e possível retorno eleitoral.

Os aspectos teóricos abordados e os dados coletados e analisados permitem algumas conclusões e considerações finais que serão apresentadas a seguir.

4 . CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho foi verificar se a hipótese levantada sobre a existência da conexão eleitoral entre a atuação dos parlamentares e grupos de interesse e bases eleitorais (regiões administrativas do DF) beneficiados com a referida atuação se transformou em votos para os referidos deputados durante o processo eleitoral de 2006.

Os dados analisados demonstram a existência desta conexão eleitoral e a política distributivista dos parlamentares, principalmente com relação às emendas individuais apresentadas em benefício de suas bases e grupos de interesse ligados aos mesmos e como os eleitores dão o retorno aos seus representantes nas eleições.

Primeiramente foi abordado na parte de revisão teórica como os grupos de interesse, após a abertura política tiveram sempre uma presença crescente e constante na atuação do Legislativo. Isto se fez presente na Câmara Legislativa, onde se observou que determinados parlamentares têm a sua atuação voltada para atender aos interesses de determinados grupos e regiões administrativas. Dentre os grupos podemos destacar: grupos ligados as igrejas evangélicas e católicas; as áreas de educação, saúde, segurança pública, direitos humanos, etc; bem como as associações de bairros próximas das suas próprias residências. Esta característica está presente na atuação da maioria dos deputados governistas que estão mais vinculados a determinados grupos e regiões administrativas, enquanto que os parlamentares de oposição, apesar de também apresentarem esta característica, procuram atuar de maneira mais generalizada. Uma explicação provável para esta atuação mais diversificada pode ser a dificuldade em ter suas emendas executadas, conforme demonstrado na tabela 10.

Outro aspecto abordado foi sobre a força dos partidos políticos e líderes partidários na atuação dos parlamentares. No universo do DF, conforme mostra os dados analisados, a atuação dos parlamentares é extremamente individualista, com exceção dos deputados do PT que procuram sempre votar em bloco durante as deliberações em plenário. A base de governo é formada por diversas correntes partidárias onde não existe a predominância de nenhum líder partidário influenciando na atuação dos deputados. A única liderança que se faz presente junto a esta base é o líder de governo que representa o Executivo juntamente com o

Secretário de Assuntos Parlamentares por ocasião das votações de matéria de interesse do Governador.

A literatura mostra a força que o Executivo exerce sobre o Legislativo, seja na liberação das emendas ou no controle da agenda legislativa com as medidas provisórias e projetos de lei de seu interesse. Esta é realidade no Congresso Nacional. Neste trabalho, os dados mostraram que o Governo do D.F. exerce enorme influência sobre o Legislativo local, tendo um índice de aprovação de projetos de lei em torno de 88,94%, enquanto o próprio Legislativo apresenta o índice de 18,25%. Outro fator de predominância do Executivo, comprovado pelos dados analisados no período estudado foi o pequeno percentual que foi disponibilizado para as emendas individuais dos parlamentares, correspondendo a apenas 1,2% do orçamento total do GDF. Deste percentual, o valor que realmente foi empenhado para execução das emendas individuais dos 17 parlamentares, objeto deste estudo, durante o período de 2004 a 2006 correspondeu a apenas 7,2% do total dos recursos que foram disponibilizados; mostrando o poder do governo local na execução do orçamento em detrimento da atuação do Legislativo. Desta pequena parcela de recursos que foi liberada, os parlamentares governistas obtiveram 83,8% e a oposição apenas 16,2%.

A revisão teórica mostrou que a racionalidade dos políticos aliada à política distributivista favorece o paroquialismo e clientelismo. Conforme foi abordado, as nossas regras eleitorais (sistema proporcional), as coligações partidárias e o pragmatismo do eleitor, fazem com que os deputados tenham uma atuação individualista voltada para atender os interesse de suas bases eleitorais e grupos de interesse ligados aos mesmos, procurando com isto a preservação de sua carreira política com os votos destes eleitores, estabelecendo assim a conexão eleitoral.

Na Câmara Legislativa, os dados analisados, no período estudado, mostram que a produção legislativa dos parlamentares governistas é mais distributivista e concentrada que dos parlamentares de oposição, que apresentaram uma predominância de benefícios difusos, apesar de também apresentar características distributivistas. Os dados relativos aos projetos de lei apresentaram um caráter mais regulatório e com pequena predominância de projetos de lei que distribuíram benefícios difusos. Esta constatação é explicada pela limitação imposta pela legislação brasileira que dá ao Poder Executivo a prerrogativa de propor matérias de maior relevância (orçamentárias, financeiras e tributárias), cabendo ao Legislativo a

produção de leis de baixa relevância. Neste aspecto os dados mostram que a produção legislativa da CLDF durante a 4ª Legislatura foi voltada para o clientelismo, principalmente em relação aos projetos de decreto legislativo, indicações e moções, onde a maioria dos parlamentares procurou beneficiar determinados grupos de interesse e suas respectivas bases eleitorais. Estes dados foram apresentados nas tabelas 4 e 5 que mostra também o resultado das eleições de 2006, onde se verifica a comprovação da conexão eleitoral entre a atuação parlamentar e o retorno obtido junto a estes eleitores em forma de votos nas principais bases eleitorais em aproximadamente 80% dos casos.

Com relação às emendas individuais apresentadas pelos parlamentares as tabelas 7 e 8 mostraram que os referidos deputados geralmente concentram a distribuição de percentuais significativos de recursos a determinadas regiões administrativas que concentram boa parte do seu eleitorado. Outro dado importante é a distribuição de emendas para determinadas funções programáticas, mostrando a maneira que os parlamentares atuam de acordo com o seu perfil, procurando liberar recursos para as ações relacionadas com as respectivas funções que têm afinidades com os grupos de interesse ligados aos mesmos. Como exemplo, podemos citar a relação entre as funções: cultura (atividades religiosas, culturais, etc), educação, agricultura (atividades rurais), urbanismo (obras), direitos da cidadania (judiciário) com os respectivos parlamentares e suas principais áreas de atuação.

A tabela 9 mostra a existência da conexão eleitoral entre a atuação dos parlamentares na distribuição das emendas individuais procurando beneficiar seus principais grupos de interesse e suas bases políticas (regiões administrativas) em troca de votos na eleição seguinte. Os dados revelam a correlação entre a apresentação das emendas e o retorno em votos para o parlamentar nas principais regiões eleitorais em que os mesmos distribuem os recursos. Esta conexão está presente em aproximadamente 80% dos dados referentes aos 17 parlamentares que foram objeto deste estudo.

Na tabela 10 estão os valores das emendas que foram realmente executadas pelo governo local no período de 2004 a 2006, referente às emendas individuais dos 17 deputados distritais e os respectivos votos nas principais regiões administrativas, bem como o resultado das eleições de 2006. Parte da literatura afirma que o pragmatismo do eleitor se faz presente com a execução da emenda destinada ao mesmo, ou seja, o parlamentar é premiado com o voto somente quando o recurso

chega de fato à sua base eleitoral. Os dados apresentados confirmam esta hipótese na maioria dos dados analisados, mas o volume de recursos que foi liberado é tão pequeno para o retorno eleitoral obtido pelo parlamentar, conforme tabelas 9 e 10. Isto nos leva a concluir que, no período analisado, no Distrito Federal a intenção demonstrada pelo parlamentar em apresentar emendas individuais beneficiando as suas principais regiões de atuação, já produz resultados satisfatórios nas eleições, ou seja, o eleitor premia o parlamentar que interessa pelos seus problemas, mesmo que as soluções para os mesmos não sejam plenamente alcançadas.

Este trabalho mostrou também que determinados parlamentares, com destaque para os oposicionistas e alguns poucos governistas, procuram diversificar a sua atuação beneficiando primeiramente as suas principais bases, mas também distribuem emendas para outras regiões, adotando a estratégia de se tornar mais conhecido e ganhar com isto votos destinados a seus concorrentes. Outros já procuram concentrar somente nas regiões em que tem mais presença, procurando com isto garantir a sua reeleição junto ao eleitorado mais cativo.

Outro aspecto abordado na revisão teórica foi o argumento de que políticos mais fracos geralmente concorrem à reeleição e não arriscam disputar um cargo mais alto. Este argumento foi validado na CLDF no período analisado, pois dos 24 deputados distritais, 17 concorreram à reeleição e 5 tentaram disputar cargos mais elevados. No universo do Distrito Federal, observa-se que somente aqueles políticos que têm posição de destaque na mídia (empresários, secretários de governo) e na sua atuação parlamentar, ocupando cargos importantes na estrutura legislativa procuram concorrer a cargos mais altos. Isto ocorre porque a diferença de votos para eleger um deputado distrital ou federal é muito grande. Um deputado distrital se elege com pouco mais de seis mil votos dependendo da coligação, enquanto para se eleger como deputado federal é preciso no mínimo sessenta mil votos. O deputado distrital mais votado nas eleições anteriores teve o máximo de trinta e cinco mil votos, ou seja, é necessário obter quase o dobro de votos para almejar uma vaga de deputado federal. Isto faz com que a maioria dos parlamentares continue com suas políticas individualistas/paroquialistas junto as suas bases eleitorais buscando a continuação de sua carreira política no mesmo cargo.

Outras estratégias eleitorais comentadas na revisão teórica foram analisadas superficialmente, pois não eram o objetivo principal deste trabalho. Dentre elas podemos destacar os gastos de campanha em que foi constatado parcialmente que

quanto mais gastos, mais chance de sucesso eleitoral; apesar de que na eleição de 2006 alguns deputados gastaram somas significativas e não obtiveram sucesso, enquanto que outros foram eleitos com pequenos gastos, conforme relatado acima na análise da tabela 11. Uma explicação para isto pode ser o fato de que o deputado eleito tenha uma base sólida em determinadas regiões administrativas que garantam a sua eleição sem gastos significativos ou a própria militância partidária. Esta abordagem pode ser objeto de estudo em outra oportunidade.

Outra estratégia abordada na revisão teórica e que pode ajudar na reeleição do deputado é a presença na mídia e também a ocupação de cargos de destaque na estrutura legislativa do parlamento. Na Câmara Legislativa observa-se que a maioria dos parlamentares procura espaço nas comissões de maior destaque na Casa, ou seja, Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Assuntos Fundiários. Estas comissões detêm, respectivamente, o poder de análise do orçamento anual e créditos adicionais; constitucionalidade das proposições e análise do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT. Outros parlamentares já procuram espaço em comissões com mais afinidades com sua plataforma política, tais como direitos humanos, meio ambiente e assuntos sociais. Entre os 11 parlamentares que conseguiram ser reeleitos, 9 ocuparam cargos de destaque na estrutura da CLDF, seja como membro da Mesa Diretora, presidente das principais Comissões e liderança de governo, conforme dados analisados no diário da Câmara Legislativa.

Após estas considerações e comentários acima, podemos afirmar que a hipótese inicial do trabalho foi constatada no universo do DF no período analisado, ou seja, a conexão eleitoral se fez presente na atuação do parlamentar durante a legislatura com a produção legislativa aprovada e sancionada e principalmente com a distribuição das emendas individuais apresentadas pelos deputados procurando sempre beneficiar as suas bases eleitorais e os grupos que os apóiam em troca do apoio político por ocasião das eleições. Conforme demonstrado, este retorno eleitoral se fez presente na eleição de 2006, onde os eleitores deram a 11 parlamentares (64,7%) a esperada reeleição e aos outros 6 expressiva votação, sendo que dentre estes 3 ficaram na primeira suplência, 1 como segundo suplente e os outros 2 ficaram classificados entre os 32 mais votados num total de 665 concorrentes ao cargo de deputado distrital.

Outro dado interessante com relação ao desempenho eleitoral dos deputados é que dos 11 que foram reeleitos, 10 tiveram aumento significativo de número de votos entre uma eleição e outra. Somente um parlamentar teve uma redução significativa de votos, mas devido às regras eleitorais e coligações partidárias conseguiu ser reeleito. Isto reforça o argumento de que o comportamento distributivista dos deputados que procuraram beneficiar suas bases com a apresentação de proposições e emendas orçamentárias, foi recompensado na eleição de 2006 mostrando a existência da conexão eleitoral.

Neste trabalho procurei fazer uma análise mais consistente das emendas orçamentárias individuais propostas pelos 17 parlamentares que concorreram à reeleição e que apresentaram os resultados citados acima. Estes dados foram armazenados em um banco de dados que permitiram colher diversas informações sobre a atuação dos parlamentares, sendo que as mais importantes foram demonstradas neste estudo. A análise das proposições legislativas referentes à produção legislativa dos referidos deputados no período analisado, com os dados obtidos do sistema *Legis* também foram importantes para a comprovação da hipótese deste trabalho. Estes dados relacionados com a produção legislativa foram apresentados de forma mais generalizada, devido à exigüidade do tempo para a realização deste trabalho. Apesar disso, os resultados apresentados permitiram chegar às conclusões apresentadas. Uma abordagem mais detalhada desta produção legislativa pode ser objeto de estudo em ocasião mais oportuna.

5 . REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sérgio H. H. de. **Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro**. Dados, Revista de Ciência Social, 31:2, Rio de Janeiro, 1988. p. 5-33.
- ARAGÃO, Murillo de. **Grupos de pressão no Congresso Nacional: como a sociedade pode defender licitamente seus direitos no poder legislativo**. São Paulo. Ed. Maltese, 1994. 141 p.
- _____. **A ação dos grupos de pressão nos processos constitucionais recentes no Brasil**. Revista de Sociologia e Política nº 6/7, 1996. p. 149-165.
- BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Ed. UNB, 1986. 118 p.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo, Ed. Saraiva, 2006. 178 p.
- DCL. Diário da Câmara Legislativa. Brasília, nº 222, nov. 2003; nº 220, nov. 2004; nº 225, dez. 2005; nº 226, dez. 2006. Suplementos.
- DIAP, **Quem é quem na Câmara Legislativa do DF**. DIAP, Brasília, 2004.
- DISTRITO FEDERAL, Lei Orgânica do Distrito Federal. 3 ed. Consolidada, Brasília. CLDF, 2007. 250 p.
- DISTRITO FEDERAL, Regimento Interno da Câmara Legislativa do DF. 6 ed. Consolidada, Brasília. CLDF, 2007. 192 p.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **Globalização, herança corporativa e a representação dos interesses empresariais: novas configurações no cenário pós-reformas** in: BOSCHI, Renato (org.), DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do legislativo no cenário pós-reformas**. São Paulo. Fundação Konrad Adenauer, 2000.117 p.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **O legislativo como arena de interesses organizados: a atuação dos lobbies empresariais**. Locus: Revista de História, Juiz de Fora, vol. 5, nº 1, p. 7-32, 1999.
- GRAZIANO, Luigi. **O lobby e o interesse público**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 12, nº 35, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 22 julho 2008.

- LEMOS, Leany Barreiro de S.. **O Congresso brasileiro e a distribuição de benefícios sociais no período 1988-1994: uma análise distributivista.** Dados, Revista de Ciências Sociais, vol. 3, nº 44, Rio de Janeiro, 2001. p. 561-605.
- LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. **Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreira na Câmara de Deputados do Brasil.** Opinião Pública, Campinas, vol. 9, nº 1, maio, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 12 junho 2008.
- LODI, João Bosco. **Lobby: os grupos de pressão.** Ed. Pioneira. São Paulo, 1986. 171 p.
- MANCUSO, Wagner Pralon. **Construindo leis: os construtores e as concessões de serviços.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, nº 58, p. 61-87. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 22 julho 2008.
- _____. **O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo.** Dados, Rio de Janeiro, vol. 47, nº 3, p. 505-547, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 22 julho 2008.
- MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos.** Ed.UNB, Brasília, 1985. 122p.
- MONTEIRO, Jorge Vianna. **Como funciona o governo: escolhas públicas na democracia representativa.** Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2007. 220 p.
- NICOLAU, Jairo. **A conexão eleitoral de uma família carioca.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 16, nº 46, junho, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 04 setembro 2008.
- NUNES LEAL, Vitor. **Coronelismo, enxada e voto.** Ed. Alfa-Omega. São Paulo, 1975.
- PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. **Uma teoria da preponderância do Poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 15, nº 43, p.45-67. Junho, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 10 junho 2008.
- PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. **Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro.** Dados, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 2, Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 10 junho 2008.
- PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. **Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil.** Dados, Rio de

Janeiro, vol. 46, nº 4, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 04 setembro 2008.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. **O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados**. Dados, Revista de Ciências Sociais, vol. 44, nº 2, Rio de Janeiro, 2001. p. 2-20.

RICCI, Paolo. **Conexão eleitoral e estratégias legislativas: hipóteses e evidências para o caso brasileiro**. USP. São Paulo, 2002. p. 1-36

RICCI, Paolo; LEMOS, Leany B. S.. **Produção legislativa e preferências eleitorais na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19, nº 55. Rio de Janeiro, 2004. p. 107-130.

RICCI, Paolo; TOMIO, Fabricio R. de Limas. **Conexão Eleitoral, processo legislativo e estratégias parlamentares nas Assembleias Legislativas Estaduais**. 6º encontro da ABCP. Campinas, 2008. p. 1-28.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. TRE-DF. Boletins eleitorais das eleições para deputados distritais nas eleições de 2002 e 2006. Disponível em:

http://www.tre-df.gov.br/default/eleicoes/elei_2006.jsp#eleicoes_df e http://www.tre-df.gov.br/default/eleicoes/elei_2002.jsp.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. TSE. Prestação de contas dos deputados distritais na eleição de 2006. Disponível em:

http://www.tse.jus.br/internet/eleicoes/pretacao_2006.htm

SANTOS, Fabiano (org.). **O Poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência**. Ed. FGV. Rio de Janeiro, 2001. 308 p.

SISTEMA LEGIS. Sistema de informações legislativas da Câmara Legislativa do DF. 2008. Disponível em: <http://intranet.cl.df.gov.br/intranet>

Anexo A

Resumo biográfico dos deputados distritais

O deputado Aguinaldo de Jesus era o primeiro suplente do PFL após o pleito de 2002 tendo assumido o mandato de deputado distrital com o falecimento do deputado Jorge Cauhy em 2005. É um parlamentar ligado aos grupos evangélicos, principalmente a igreja universal, obteve 10.854 votos na eleição de 2002, tendo como principais bases eleitorais as regiões administrativas de Ceilândia e Gama.

O deputado Benício Tavares (PMDB) é funcionário público licenciado, reside no Park Way, está exercendo o quinto mandato e é ligado as associações de portadores de necessidades especiais. Obteve 26.252 votos na eleição de 2002, tendo como principais bases eleitorais as cidades de Ceilândia, Riacho Fundo e Recanto das Emas.

O deputado Brunelli (DEM) é pastor evangélico, filho do fundador da Casa da Bênção de Taguatinga e reside nesta cidade. Está no segundo mandato, é o principal representante do segmento evangélico e tem como principais bases eleitorais Taguatinga e Ceilândia. Obteve 7.665 votos na eleição de 2002, sendo eleito devido a coligação partidária.

O deputado Chico Floresta (PT) é engenheiro florestal, fundador do PT no Distrito Federal, reside na Asa Norte e é representante dos ambientalistas e de alguns sindicatos de servidores públicos. Obteve 12.689 votos em 2002, tendo como principais bases o Plano Piloto e Cruzeiro.

O deputado Chico Leite (PT) é promotor público, trabalhou em Ceilândia, reside na Octogonal, dedicado à causa dos direitos humanos e movimentos estudantis. Está no segundo mandato e obteve 10.558 votos na eleição de 2002, tendo como bases eleitorais Brasília, Lago Norte e Sul e Ceilândia.

O deputado Chico Vigilante (PT) é um dos fundadores do PT-DF, morador de Ceilândia, representante do sindicato dos vigilantes e diretor da Central Única dos Trabalhadores. Obteve 17.592 votos em 2002 e tem a Ceilândia como sua principal base eleitoral e apresenta votos em todo o Distrito Federal.

A deputada Eliana Pedrosa (DEM) é empresária do ramo de prestadores de serviços e está no seu segundo mandato. Não é vinculada a nenhum segmento específico, reside no Lago Sul e na eleição de 2002 obteve 11.817, sendo que sua

base eleitoral é dispersa pelo Distrito Federal, mas com votação destacada em Brazlândia e Planaltina em 2002.

A deputada Érika Kokai (PT) é bancária, representante do sindicato dos bancários, ligada a grupos sociais de defesa dos direitos humanos, foi membro da executiva nacional do PT, reside em Brasília. Obteve 14.610 votos na eleição de 2002, sendo estes votos distribuídos em várias regiões administrativas, com destaque para Brasília e Brazlândia.

A deputada Eurides Brito (PMDB) é doutora em administração de sistemas educacionais, atuante na área de educação no Distrito Federal, reside no Lago Sul. Está exercendo o seu terceiro mandato. Obteve 24.065 votos na eleição de 2002, sendo a sua base eleitoral distribuída por todo o D.F., com destaque nesta eleição para o Gama, Planaltina e Brazlândia.

O deputado Leonardo Prudente (DEM) é empresário do ramo de empresas prestadoras de serviço, morador do Lago Norte, evangélico e está no segundo mandato. Obteve 13.459 votos em 2002, tendo a sua votação distribuída em diversas regiões. Representa o movimento empresarial, com base eleitoral na Ceilândia, Brasília, Gama e Paranoá. Exerceu o cargo de Secretário de Trabalho do governo Roriz em 2004.

O deputado Odilon Aires (PMDB) é servidor público, morador do Cruzeiro e representa alguns sindicatos de servidores da área de finanças. Obteve 11.495 votos em 2002 e sua base eleitoral é principalmente a região do Cruzeiro, obtendo destaque também no Plano Piloto, Taguatinga e Ceilândia.

O deputado Paulo Tadeu (PT) é funcionário licenciado da CEB e ligado ao sindicato dos trabalhadores na indústria de energia elétrica e aos movimentos populares. Reside em Sobradinho. Está no seu terceiro mandato e obteve 21.320 votos em 2002. A sua base eleitoral é principalmente Sobradinho, com destaque também no Plano Piloto.

O deputado Pedro Passos (PMDB) é empresário e agropecuarista, morador do Lago Norte. Não representa nenhum segmento específico, apesar de atuar em favor dos condomínios horizontais no DF. Foi Secretário de Agricultura durante o ano de 2005. Obteve 10.590 votos na eleição de 2002 e suas principais bases eleitorais são as regiões de Santa Maria e Paranoá.

O deputado Peniel Pacheco (PDT) é professor de teologia e evangélico. Morador do Park way, não representa segmento específico, mas tem preferência de

evangélicos, comerciários e estudantes. Obteve 6114 votos na eleição de 2002, sendo eleito devido à coligação partidária. Os seus votos são dispersos em várias regiões administrativas.

O deputado Rôney Nemer (PMDB) é arquiteto e servidor público da carreira de fiscalização de atividades urbanas. Mora no Recanto das Emas, não representa nenhum segmento específico, apesar de ter ótimo relacionamento com a igreja católica; e suas principais bases eleitorais são Recanto das Emas, Samambaia e Ceilândia. Está exercendo o segundo mandato e obteve 15.433 votos na eleição de 2002. Ocupou a Secretaria de Obras do governo Roriz nos anos de 2004 e 2005, retornando a Câmara em abril de 2006.

O deputado Wigberto Tartuce (PPB) é empresário da construção civil e comunicações. Reside no Lago Sul, tendo a sua base eleitoral distribuída por todo o DF, não representando nenhum segmento específico. Obteve 12.085 votos em 2002 obtendo votos em várias regiões.

O deputado Wilson Lima (PR) é comerciante, reside no Gama, participa de atividades religiosas da igreja católica e tem a região do Gama como sua principal base eleitoral. Obteve 6.888 na eleição de 2002, não conseguindo ser eleito. Assumiu o mandato em agosto de 2004 com a cassação do deputado Carlos Xavier.

Anexo B

Detalhamento da produção legislativa por parlamentar - 4ª legislatura da CLDF.

Os projetos de lei apresentados, sancionados e promulgados do deputado Aguinaldo de Jesus foram distribuídos em: 8 leis de caráter regulatório, sendo 2 na área de educação pública, 3 em defesa do consumidor (telefonias, serviços bancários), 3 sobre sinalização de quadras e edifícios; 2 leis sobre datas comemorativas e 1 lei beneficiando servidores públicos. A maioria das proposições apresentadas distribuiu benefícios coletivos, sendo que apenas uma foi direcionada para determinado grupo. Dos 13 projetos de decreto legislativo apresentados, 11 foram para concessão de título de cidadão honorário a autoridades, professores, esportistas e militares; sendo os outros 2 ligados a assuntos administrativos do governo. Das 5 indicações aprovadas: 3 foram sugerindo melhorias urbanas nas regiões administrativas e 2 sugerindo medidas administrativas e normativas em defesa dos consumidores. Das 14 moções aprovadas: 6 foram manifestações de apreço e solidariedade, 6 reivindicações ou sugestões junto ao Executivo e 2 de protesto. Observa-se que a produção legislativa do referido parlamentar foi pequena comparando com outros colegas, pois o mesmo atuou apenas durante um ano e meio da legislatura.

Os projetos de lei sancionados e promulgados do deputado Benício Tavares foram distribuídos em: 14 leis de caráter regulatório, sendo 6 beneficiando portadores de necessidades especiais, 2 em favor dos idosos, 3 em defesa do consumidor (restaurantes, bancos), 3 administrativas; 2 leis beneficiando servidores da Câmara Legislativa e 1 instituindo data comemorativa. Neste caso a maioria das leis, apesar de regulatórias, distribuiu benefícios concentrados a determinados grupos. Dos 18 decretos legislativos, 14 foram títulos de cidadão honorário a autoridades e profissionais liberais e 4 ligados a assuntos administrativos locais. Das 282 indicações aprovadas: 169 sugeriram melhorias urbanas como obras, reformas, asfalto, iluminação pública principalmente nas regiões administrativas de sua base eleitoral; 18 sugestões de melhoria de transporte público; 32 melhorias de acessibilidade aos portadores de necessidades e poucas sugestões de regulamentações e convênios. Das 27 moções aprovadas: 10 foram manifestações de apreço, solidariedade; 10 reivindicações ou sugestões junto aos outros poderes e 4 manifestações de protesto, sendo 2 em defesa dos portadores de necessidades. A

produção legislativa do referido parlamentar foi direcionada para atender as suas bases (regiões administrativas) e determinados grupos ligados ao mesmo.

A produção legislativa do deputado Brunelli na 4ª legislatura foi ampla e diversificada. Os projetos de lei sancionados e promulgados foram distribuídos em: 22 leis de caráter regulatório, sendo 14 relacionadas com as áreas de saúde, educação, administrativa e transporte, 2 beneficiando idosos e 6 ligadas a atividades religiosas; 9 leis de inclusão de datas comemorativas no calendário do D.F., sendo 5 destinadas a datas religiosas e as outras as atividades desportiva, comércio e lazer. Apresentou 1 lei beneficiando servidores da Câmara em conjunto com outros parlamentares. Dos 58 projetos de decreto legislativo aprovados: 53 foram concessões de título de cidadão honorário, sendo que 22 destinados a autoridades das igrejas evangélicas, e os 5 restantes ligados a assuntos administrativos. Das 486 indicações aprovadas: 318 sugeriram melhorias urbanas como obras, reformas, asfalto, iluminação pública, sendo 62% destinadas às regiões administrativas de sua base eleitoral; 25 sugestões de melhoria de transporte público. Das 625 moções aprovadas: 615 foram manifestações de apreço, louvor, solidariedade e pesar, sendo que 328 delas encaminhadas a igrejas evangélicas ou membros das mesmas; e 2 manifestações de protesto. Observa-se que a produção legislativa do deputado apresenta propostas regulatórias, mas o foco principal é atender as reivindicações dos grupos evangélicos e suas bases eleitorais.

Com relação à produção legislativa, os projetos de leis sancionados e promulgados do deputado Chico Floresta foram distribuídos em: 10 leis de caráter regulatório, sendo 3 ligadas a questões ambientais, 4 administrativas, 2 ligadas a segurança e 1 a direitos humanos; 3 leis de inclusão de datas comemorativas ligadas a cultura e meio ambiente. Dos 17 projetos de decreto legislativo aprovados: 15 foram para título de cidadão honorário, sendo 7 destinados a pessoas ligadas a área cultural; 2 restantes ligados a assuntos administrativos. Das 430 indicações aprovadas: 231 sugeriram melhorias urbanas como obras, reformas, asfalto, iluminação pública, sendo 58% destinadas às regiões administrativas de sua base eleitoral; 12 sugestões de melhoria de transporte público e 21 relacionadas ao meio ambiente. Das 64 moções aprovadas: 40 foram manifestações de apreço, solidariedade; 17 de repúdio ou protesto contra governos e atos de autoridades e 7 reivindicações junto ao Executivo. Observa-se que a produção legislativa é voltada para atividades ambientais e também apresenta propostas gerais em favor da

coletividade. Por ser um parlamentar da oposição, as moções são usadas como forma de protesto.

Com relação à produção legislativa, os projetos de leis sancionados e promulgados do deputado Chico Leite foram distribuídos em: 21 leis de caráter regulatório, sendo 15 ligadas a proteção ao consumidor contra bancos, empresas de telefonia, luz e água, postos combustíveis, 3 administrativas, 1 ligada a segurança e 1 ao meio ambiente; 4 leis de inclusão de datas comemorativas ligadas a esporte, judiciário e saúde. Apresentou apenas 2 projetos de decreto legislativo ligados a assuntos administrativos. Das 148 indicações aprovadas: 94 sugeriram melhorias urbanas como obras, reformas, asfalto, iluminação pública, sendo 56% destinadas às regiões administrativas de sua base eleitoral; 9 sugestões de melhoria de transporte público e 14 relacionadas a concursos públicos e estudos técnicos. Das 40 moções aprovadas: 16 foram manifestações de apreço, solidariedade; 08 de repúdio ou protesto contra governos e atos de autoridades e 9 reivindicações ou sugestões junto aos outros poderes. Observa-se que a produção legislativa é voltada para a defesa e proteção dos consumidores predominando propostas regulatórias.

Os projetos de leis sancionados e promulgados do deputado Chico Vigilante foram distribuídos em: 15 leis de caráter regulatório, em benefício da população nas áreas de defesa do consumidor, urbanismo, administrativa, direitos humanos e saúde; 1 em benefício dos vigilantes; 2 leis de inclusão de datas comemorativas ligadas a religião e cultura. Apresentou 15 projetos de decreto legislativo, sendo 12 concessões de título de cidadão honorário e 3 ligados a assuntos administrativos. Das 157 indicações aprovadas: 96 sugeriram melhorias urbanas como obras, reformas, asfalto, iluminação pública, sendo 72% destinadas às regiões administrativas de sua base eleitoral; 12 sugestões de melhoria de transporte público. Das 53 moções aprovadas: 16 foram manifestações de apreço, solidariedade; 24 de repúdio ou protesto contra governos e atos de autoridades e 12 reivindicações ou sugestões junto aos outros poderes. Observa-se que a produção legislativa é voltada para a defesa e proteção dos consumidores predominando propostas regulatórias, mas com alguma característica clientelista com relação aos grupos e regiões eleitorais.

Os projetos de leis sancionados e promulgados da deputada Eliana Pedrosa foram distribuídos em: 33 leis de caráter regulatório, sendo 9 relacionadas a

atividades comerciais, 5 na área de educação pública, 8 ligadas ao meio ambiente, 6 na área de saúde e 5 de administração pública; 1 em benefício dos servidores da Câmara; 3 leis de inclusão de datas comemorativas ligadas a religião, esporte e cultura; 2 leis de denominação de logradouros públicos (homenagens post mortem). Apresentou 42 projetos de decreto legislativo, sendo 37 concessões de título de cidadão honorário a autoridades, empresários, professores, profissionais liberais e outros cidadãos e 5 ligados a assuntos administrativos. Das 701 indicações aprovadas: 548 sugeriram melhorias urbanas como obras, reformas, asfalto, iluminação pública, em diversas regiões administrativas, destacando Planaltina, Sobradinho, Brasília e Gama; 33 sugestões de melhoria de transporte público. Das 92 moções aprovadas: 77 foram manifestações de apreço, solidariedade; 5 de repúdio ou protesto contra atos de autoridades e 9 reivindicações ou sugestões junto aos outros poderes. A produção legislativa da deputada é generalizada, procurando atingir diversos segmentos da sociedade.

Os projetos de leis sancionados e promulgados da deputada Érika Kokai foram distribuídos em: 18 leis de caráter regulatório, 6 na área de direitos humanos, 6 em defesa do consumidor, 3 administrativas, 2 beneficiando portadores de necessidades especiais e 1 relativa a educação; 1 em benefício dos servidores da Câmara; 5 leis de inclusão de datas comemorativas ligadas a cultura e esporte. Apresentou 30 projetos de decreto legislativo, sendo 25 concessões de título de cidadão honorário a artistas, professores, sindicalista e atletas dentre outros, e 5 ligados a assuntos administrativos. Das 50 indicações aprovadas: 34 sugeriram melhorias urbanas como obras, reformas, asfalto, iluminação pública, sendo 71% destinadas a Planaltina e as demais a outras regiões; 6 sugestões de melhoria de transporte público e 8 sugestões de atendimentos as comunidades aos secretários de governo. Das 40 moções aprovadas: 11 foram manifestações de apreço, solidariedade; 13 de repúdio ou protesto contra governos e atos de autoridades e 9 reivindicações ou sugestões junto aos outros poderes. Observa-se que as leis aprovadas procuram beneficiar a comunidade de modo geral, destacando direitos humanos e defesa do consumidor.

Os projetos de leis sancionados e promulgados da deputada Eurides Brito foram distribuídos em: 26 leis de caráter regulatório, sendo 10 na área de educação, 5 relacionadas com atividades comerciais, e as outras em benefício da população nas áreas de saúde, meio ambiente, defesa do consumidor, administrativa e social;

1 em benefício dos servidores da Câmara; 4 leis de inclusão de datas comemorativas ligadas a política e cultura. Apresentou 23 projetos de decreto legislativo, sendo 20 concessões de título de cidadão honorário, sendo 7 a professores e os demais a autoridades, profissionais liberais e cidadãos; e 3 ligados a assuntos administrativos. Das 222 indicações aprovadas: 156 sugeriram melhorias urbanas como obras, reformas, asfalto, iluminação pública, destinadas as diversas regiões administrativas de sua base eleitoral; 128 relacionadas com educação e 5 sugestões de melhoria de transporte público. Das 33 moções aprovadas: 17 foram manifestações de apreço, solidariedade e pesar; 4 de repúdio ou protesto contra atos de autoridades e 8 reivindicações ou sugestões junto aos outros poderes. A atuação da deputada é voltada para a área de educação e diversificada em outros segmentos.

Os projetos de leis sancionados e promulgados do deputado Leonardo Prudente foram distribuídos em: 7 leis de caráter regulatório, sendo 4 relacionadas a atividades comerciais e as outras as áreas de segurança, administração e direitos das gestantes, idosos e portadores de necessidades; 2 distribuindo benefícios as empresas de vigilância e brigada particular e outra aos servidores da Câmara; 3 leis de inclusão de datas comemorativas ligadas a religião evangélica e cultura. Apresentou 22 projetos de decreto legislativo, sendo 16 concessões de título de cidadão honorário e 6 ligados a assuntos administrativos. Das 620 indicações aprovadas: 541 sugeriram melhorias urbanas como obras, reformas, asfalto, iluminação pública, sendo destinadas a diversas regiões administrativas de sua base eleitoral; 14 sugestões de melhoria de transporte público. Das 96 moções aprovadas: 82 foram manifestações de apreço, solidariedade e pesar, sendo 52 destinadas a membros de igrejas evangélicas; 5 de repúdio ou protesto atos de autoridades e 6 reivindicações ou sugestões junto aos outros poderes. Observa-se que a atuação do deputado com relação a produção legislativa, apesar de apresentar propostas regulatórias é direcionada também para atender determinados grupos ligados ao mesmo.

Os projetos de leis sancionados e promulgados do deputado Odilon Aires foram distribuídos em: 11 leis de caráter regulatório, em benefício da população nas áreas de meio ambiente, defesa do consumidor, administrativa, educação, segurança e comércio; 5 leis com benefícios concentrados, sendo 2 em favor da população do Cruzeiro, 2 aos servidores da Câmara e 1 as empresas de transporte

urbano; 2 leis de inclusão de datas comemorativas ligadas a saúde e cultura. Apresentou 13 projetos de decreto legislativo, sendo 11 concessões de título de cidadão honorário e 2 ligados a assuntos administrativos. Das 225 indicações aprovadas: 135 sugeriram melhorias urbanas como obras, reformas, asfalto, iluminação pública, sendo destinadas a várias regiões administrativas com pequena predominância do Cruzeiro; 19 sugestões de melhoria de transporte público. Das 32 moções aprovadas: 19 foram manifestações de apreço, solidariedade e pesar; 6 de repúdio ou protesto contra atos de autoridades e 6 reivindicações ou sugestões junto aos outros poderes. A atuação do parlamentar é diversificada em vários segmentos e regiões apresentando algumas propostas concentradoras de benefícios.

Os projetos de leis sancionados e promulgados do deputado Paulo Tadeu foram distribuídos em: 15 leis de caráter regulatório, em benefício da população nas áreas de defesa do consumidor, urbanismo, administrativa, direitos humanos, educação, assistência social e saúde; 1 em benefício dos servidores da Câmara; 2 leis de inclusão de datas comemorativas ligadas a religião e saúde. Apresentou 13 projetos de decreto legislativo, sendo 8 concessões de título de cidadão honorário e 5 ligados a assuntos administrativos com autoria conjunta com diversos parlamentares. Das 45 indicações aprovadas: 34 sugeriram melhorias urbanas como obras, reformas, asfalto, iluminação pública, sendo 41% destinadas a Sobradinho e as outras as demais regiões administrativas; 6 sugestões de melhoria de transporte público. Das 31 moções aprovadas: 8 foram manifestações de apreço, solidariedade; 10 de repúdio ou protesto contra atos de autoridades e 8 reivindicações ou sugestões junto aos outros poderes. A produção legislativa do parlamentar é voltada para diversos segmentos buscando geralmente o benefício da coletividade.

Os projetos de leis sancionados e promulgados do deputado Pedro Passos foram distribuídos em: 12 leis de caráter regulatório, em benefício da população nas áreas de defesa do consumidor, comércio, urbanismo, administrativa, direitos humanos e saúde; 6 leis concentradoras de benefícios, sendo 1 em favor de empresas de transporte urbano, 2 a associações rurais, 1 as microdestilarias de álcool, 1 a comunidade de Ceilândia e 1 a associação de condomínios horizontais; 5 leis de inclusão de datas comemorativas ligadas a eventos rurais e culturais. Apresentou 21 projetos de decreto legislativo, sendo 16 concessões de título de cidadão honorário e 5 ligados a assuntos administrativos, em conjunto com outros

deputados. Das 1023 indicações aprovadas: 771 sugeriram melhorias urbanas como obras, reformas, asfalto, iluminação pública, com destaque para Planaltina, brazlândia, Santa Maria e Ceilandia; 33 sugestões de melhoria de transporte público. Das 471 moções aprovadas: 456 foram manifestações de apreço, solidariedade, pesar; 4 de repúdio ou protesto contra atos de autoridades e 10 reivindicações ou sugestões junto aos outros poderes. A produção legislativa do parlamentar é extensa e pulverizada em diversas regiões.

Os projetos de leis sancionados e promulgados do deputado Peniel Pacheco foram distribuídos em: 13 leis de caráter regulatório, sendo 7 relacionadas a saúde, e as restantes nas áreas de educação, segurança, defesa do consumidor e comércio; 3 leis concentradoras de benefícios, sendo 1 em favor dos taxistas, 1 a empresas comerciais (produtos ópticos) e 1 aos servidores da Câmara; 3 leis de inclusão de datas comemorativas ligadas a eventos culturais e saúde. Apresentou 24 projetos de decreto legislativo, sendo 21 concessões de título de cidadão honorário a evangélicos, autoridades e pessoa da sociedade, e 3 ligados a assuntos administrativos, em conjunto com outros deputados. Das 43 indicações aprovadas: 30 sugeriram melhorias urbanas como obras, reformas, asfalto, iluminação pública, em diversas regiões administrativas; 9 sugestões de melhoria de transporte público. Das 50 moções aprovadas: 24 foram manifestações de apreço, solidariedade, pesar; 6 de repúdio ou protesto contra atos de autoridades e 16 reivindicações ou sugestões junto aos outros poderes. A atuação do parlamentar demonstra uma preocupação com a área de saúde, apesar de apresentar algumas propostas individualistas.

Os projetos de leis sancionados e promulgados do deputado Rôney Nemer foram distribuídos em: 4 leis de caráter regulatório, em benefício da população nas áreas de segurança, social e comércio; 2 leis de inclusão de datas comemorativas ligadas a eventos religiosos e culturais. Apresentou 34 projetos de decreto legislativo, todos concedendo título de cidadão honorário a cidadãos da sociedade. Das 90 indicações aprovadas: 75 sugeriram melhorias urbanas como obras, reformas, asfalto, iluminação pública, com destaque para Recanto das Emas e Samambaia com 80% da preferência. Das 14 moções aprovadas: 9 foram manifestações de apreço, solidariedade; 3 de repúdio ou protesto contra atos de autoridades e 2 reivindicações ou sugestões junto aos outros poderes. A atuação do deputado com relação a produção legislativa foi reduzida quando comparado com

outros colegas. O principal motivo foi sua ausência da Câmara durante dois anos e meio, pois estava exercendo o cargo de secretário de governo.

Conforme tabela 3, a produção legislativa do deputado Wigberto Tartuce foi muito pequena. Uma explicação para o fato pode ser a ocupação do cargo de Secretário Extraordinário de Relações Institucionais no governo Roriz durante o ano de 2005 e início de 2006. Os projetos de leis sancionados e promulgados foram distribuídos em: 5 leis de caráter regulatório, 3 em benefício da saúde da mulher, 1 na área de educação e outra relativa ao comércio. Apresentou 3 projetos de decreto legislativo, sendo 1 concessão de título de cidadão honorário e 2 ligados a assuntos administrativos, em conjunto com outros deputados. Não apresentou nenhuma indicação e das 3 moções aprovadas: 2 foram manifestações de agradecimento e 1 de protesto contra atos de autoridades.

Os projetos de leis sancionados e promulgados do deputado Wilson Lima foram distribuídos em: 5 leis de caráter regulatório, em benefício da população nas áreas de defesa do consumidor, educação, segurança e assistência social; 5 leis concentradoras de benefícios, sendo 1 em favor dos católicos, 2 em favor de empresas de estética, 1 a empresa de pesca e 1 aos portadores de necessidades especiais.; 1 lei de inclusão de data comemorativa ligada a evento na área de saúde. Apresentou 13 projetos de decreto legislativo, sendo 10 concessões de título de cidadão honorário e 3 ligados a assuntos administrativos, em conjunto com outros deputados. Das 46 indicações aprovadas: 37 sugeriram melhorias urbanas como obras, reformas, asfalto, iluminação pública, com destaque para Gama e Ceilândia. Das 16 moções aprovadas: 6 foram manifestações de apreço, solidariedade, pesar; 3 de repúdio ou protesto contra atos de autoridades e 7 reivindicações ou sugestões junto aos outros poderes.